

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO SOCIAL DE 2005

Senhores Acionistas,

A Administração da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2005.

O ano de 2005 foi marcado pela realização de obras de Ampliação, Reforços e Melhorias em 19 subestações do Sistema de Transmissão, de modo a assegurar o nível de qualidade e confiabilidade, adequados à importância sócio-econômica de sua área de atuação. Merece destaque o início da implantação da nova SE Anhangüera, com 500 MVA em transformação 345/230 kV, 800 MVA em transformação 345/88-138 kV e 22 Km de circuito duplo de linha de transmissão em 345 kV. Foram investidos neste ano cerca de R\$ 316 milhões dos quais R\$ 234 milhões em novos projetos que irão proporcionar receitas adicionais para a Companhia.

O desempenho operacional e econômico-financeiro da Companhia proporcionou Lucro Líquido no exercício de R\$ 468.277 mil, 34,3% superior ao resultado apurado em 2004. Foram creditados aos acionistas no decorrer de 2005 R\$ 239.354 mil, na forma de Juros sobre Capital Próprio e estamos encaminhando a Assembléia Geral Ordinária proposta para distribuição de dividendos complementares no valor de R\$ 97.300 mil perfazendo o montante de R\$ 336.654 mil, equivalente a 71,9% do Lucro Líquido do exercício.

A evolução positiva dos resultados financeiros confirma que as diretrizes implantadas pela Administração na condução dos negócios da Companhia foram acertadas.

Mauro Guilherme Jardim Arce
Presidente do Conselho de Administração

PERFIL DA COMPANHIA

A história da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista começa com a reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro e a separação das áreas de transmissão, distribuição e geração de energia elétrica das antigas concessionárias, dando origem a novas empresas.

Criada a partir da cisão da CESP – Companhia Energética de São Paulo, a CTEEP iniciou suas operações em 01 de abril de 1999 tendo, em novembro de 2001, incorporado a EPTE – Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A., oriunda da cisão da ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S.A., resultando deste processo uma única concessionária de transmissão de energia elétrica, que adotou a marca Transmissão Paulista.

A Transmissão Paulista, pessoa jurídica de direito privado, é uma sociedade de economia mista controlada pelo Governo do Estado de São Paulo que detém 64,4% do total de suas ações ordinárias. Destacam-se, fora do bloco de controle do Estado de São Paulo, a União e a Eletrobrás detendo, respectivamente 15,3% e 9,9% das ações ordinárias.

A missão da Companhia é operar, manter, expandir e explorar sistemas de transmissão de energia elétrica com excelência na prestação do serviço, satisfação dos usuários, sustentabilidade ambiental e retorno adequado aos acionistas, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da comunidade. A Companhia é responsável por um complexo sistema elétrico composto por 11.781 Km de extensão de linhas de transmissão, que totalizam 18.266 Km de circuitos de transmissão, 102 subestações com tensão até 550 kV em todo o Estado de São Paulo, com 464 transformadores em operação, totalizando uma capacidade instalada de 38.515 MVA. A operação é monitorada por um sistema integrado de coordenação, supervisão e controle do sistema elétrico. Este complexo dispõe ainda de sistema próprio de telecomunicações, que conta com 145 estações de microondas e 1.771 Km de cabos de fibra ótica.

Dispondo de um ativo de cerca de R\$ 5 bilhões, a Transmissão Paulista se destaca dentre as melhores empresas do setor elétrico, transmitindo quase a totalidade da eletricidade consumida no Estado de São Paulo, 30% de toda a energia produzida no País e 60% da eletricidade consumida na região Sudeste.

A AMPLIAÇÃO E A EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

A Transmissão Paulista detém e opera uma das mais importantes malhas de transmissão do País, constituindo-se parte essencial do Sistema Interligado Nacional – SIN. Conectada diretamente a um parque gerador de cerca de 12.500 MW, a malha da Companhia também se interliga aos sistemas de 750, 500, 345 e 230 kV do Sul e do Sudeste do Brasil, o que lhe confere papel de “elo integrador” do SIN.

Em 2005, prosseguiu na implantação do seu Plano de Expansão da Transmissão – PET, realizando um investimento de cerca de R\$ 316 milhões em obras de reforço, adequações e melhorias no Sistema de Transmissão, de modo a assegurar o nível de qualidade e confiabilidade adequadas à importância sócio-econômica de sua área de atuação.

Entre as ações de modernização e melhorias das instalações existentes, destacam-se:

- Modernização dos sistemas de teleproteção (sistema *carrier* e tons de áudio);
- Modernização dos sistemas de telecomunicações (*backbone* de fibras óticas, rádios digitais e microondas);
- Substituição de equipamentos em final de vida útil, destacando-se o reator monofásico de 100 MVA, 440 kV da SE Santo Ângelo, 3 disjuntores de 440 kV (SEs Santo Ângelo, Sumaré e Araraquara), 1 disjuntor de 138 kV (SE Mairiporã), 5 disjuntores de 20 kV (SE Centro) e 7 disjuntores de 13,8 kV (SEs Bertiooga II, Cerquilho, Ilha Solteira, Registro e Bariri);

- Eliminação da SE Três Irmãos - provisória, transferindo-se as instalações para a SE Três Irmãos 440-138 kV;
- Instalação de esquema de separação de barras no disjuntor de paralelo de barras de 138 kV da SE São José do Rio Preto;
- Instalação de Esquemas de Controle de Emergência - ECE, nas SEs Xavantes, Milton Fornasaro, Piratininga, Mogi-Mirim III, Nordeste, São José dos Campos, Mogi, Capivara, Ilha Solteira, Jupiá, Jurumirim, Itapeti, Chavantes e Capão Bonito;
- Substituição das proteções eletromecânicas por proteções digitais dos transformadores n.ºs. 1, 2, 3, 5 e 6 da SE Santo Ângelo, do transformador n.º 3 da SE Cabreúva e da LT 230 kV Jurumirim – Piraju;
- Modernização das instalações de comando, controle e proteção da SE Pirituba; e
- Instalação de Unidades Terminais Remotas em 16 subestações da Rede Básica e 23 subestações pertencentes às Demais Instalações de Transmissão - DIT.

A expansão do sistema de transmissão foi marcada por obras em 19 subestações, destacando-se o início da implantação da nova SE Anhangüera, com 500 MVA em transformação 345/230 kV, 800 MVA em transformação 345/88-138 kV e linha de transmissão 345 kV associada (circuito duplo, 22 Km). Além da nova subestação, destaca-se a implantação de diversos reforços em subestações, com acréscimo de capacidade em 15 delas e substituição de disjuntores em 4, além de recapacitação de 2 linhas de transmissão de 138 kV e implantação de 2 novos circuitos de 440 kV para a SE Oeste, obra que dotará de maior confiabilidade o suprimento à região de Sorocaba.

Acréscimo de Capacidade

Subestação	Acréscimo – MVA	Resolução ANEEL	Início de Operação
ASSIS	336	545/03	2006
JALES	55	197/04	2006
BOTUCATU	150	197/04	2006
JUPIÁ	150	197/04	2006
BAIXADA SANTISTA	300	197/04	2006
JURUMIRIM	150	197/04	2006
MOGI MIRIM III	300	197/04	2006
BOM JARDIM	300	197/04	2006
CABREÚVA	150	197/04	2006
ITAPEVA	(substituição)	197/04	2006
ITARARÉ II	55	197/04	2007
DRACENA	25	197/04	2007
REGISTRO	25	197/04	2007
ANHANGÜERA	800	064/05	2007

<i>Subestação</i>	<i>Acréscimo – MVar</i>	<i>Resolução ANEEL</i>	<i>Início de Operação</i>
SUMARÉ	100	545/03	2006
ARARAQUARA	200	545/03	2006

Substituição de Disjuntores Devido à Superação de Capacidade de Curto Circuito

<i>Subestação</i>	<i>Tensão - kV</i>	<i>Disjuntores</i>	<i>Resolução ANEEL</i>	<i>Início de Operação</i>
EDGARD DE SOUZA	230	14	545/03	2006
INTERLAGOS	230	2	545/03	2006
JUPIÁ	138	11	197/04	2006
PIRATININGA	88	11	197/04	2006

Recapacitação e Construção de Linhas de Transmissão

<i>Linha de Transmissão</i>	<i>Extensão – Km</i>	<i>Objeto da Obra</i>	<i>Início de Operação</i>
LT 138 Mairiporã - Santo Ângelo	56,4	Recapacitação	2006
LT 138 Araraquara - São Carlos	48,2	Recapacitação	2007
LT 440 Oeste – Seccionamento	1,6	Construção	2006
LT 345 Guarulhos – Anhangüera	22,0	Construção	2006

Indicadores de Desempenho do Sistema em 2005

Os principais indicadores técnicos, que refletem a confiabilidade do sistema de transmissão, apresentaram o seguinte desempenho:

DREQ - Duração Equivalente de Interrupção - corresponde à duração equivalente da interrupção da demanda máxima no período: **4,4255** minutos.

FREQ - Frequência Equivalente de Interrupção - índice que corresponde ao número de vezes em que a demanda máxima foi interrompida no ano: **0,4501**.

A AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO CORPORATIVA

Além da ampliação considerável em seu sistema de transmissão, a Companhia realizou a expansão da sua rede corporativa, ampliando-a em 37%, proporcionando o atendimento a 89% das unidades de trabalho, as quais abrangem 99% do corpo de empregados.

A certificação digital na publicação de editais de licitação e assinatura de contratos, iniciativa pioneira no âmbito das empresas públicas do Estado de São Paulo, agilizou o processo de aquisição de materiais e serviços e reduziu custos operacionais.

A adoção dessa tecnologia, além de permitir a desburocratização, ampliou os benefícios aos fornecedores, eliminando gastos desnecessários, pois os contratos passaram a ser celebrados via Internet.

O DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Fundamentos

A principal fonte de receita da Companhia é proveniente do uso do seu sistema de transmissão por outras concessionárias de serviço público de energia elétrica, agentes do setor e consumidores livres. Suas receitas anuais, vinculadas às instalações de Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT, foram reajustadas por meio de Resoluções da ANEEL ao longo do exercício de 2005, implicando reajuste médio de 3,32% com relação aos níveis anteriormente praticados.

A execução do orçamento da Companhia em 2005 possibilitou investimentos de R\$ 315.910 mil nas atividades de produção, sendo R\$ 81.529 mil destinados as melhorias dos ativos existentes e R\$ 234.381 mil destinados a novos projetos que ensejam receita adicional. Em 2005, entraram em operação comercial 5 novos projetos, que suscitaram receita adicional de R\$ 1.002 mil nesse exercício, correspondendo a uma receita anualizada de R\$ 2.005 mil.

Projetos Energizados em 2005

R\$ Mil			
Descrição do Projeto	Investimento	Receita do 1º ao 15º Ano	Operação Comercial
Rede Básica Fronteira			
SE Bandeirante	11.623	1.923	07/07/2005
DIT			
SE Rio Claro - PCH Corumbataí	78	16	10/06/2005
Elektro - Ramal 138 kV – Ferroligas	48	12	24/06/2005
CBA - UHE Ourinhos	123	25	09/01/2005
GERDAU - SE Gerdau Açominas SA	111	29	25/04/2005
Total	11.983	2.005	

Em 2005, a Receita Operacional Bruta atingiu R\$ 1.320.664 mil que, após as deduções dos tributos e encargos diretos, resultou em Receita Operacional Líquida de R\$ 1.205.213 mil.

As Despesas Operacionais passíveis de gerenciamento direto pela Administração, que compreendem pessoal, materiais e serviços, no montante de R\$ 451.006 mil, representaram 37,4% da Receita Operacional Líquida.

A Geração de Caixa da Companhia expressa pelo Resultado do Serviço acrescido do valor da Depreciação, atingiu R\$ 628.233 mil, representando margem de 52,1% sobre a Receita Operacional Líquida.

A Companhia apresentou Lucro Líquido de R\$ 468.277 mil no exercício de 2005, equivalente a R\$ 3,14 por lote de mil ações.

Análise dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro

	R\$ Mil	
	2005	2004
RECEITA OPERACIONAL	1.320.664	1.161.509
Deduções à Receita Operacional.....	(115.451)	(63.515)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.205.213	1.097.994
DESPESA OPERACIONAL	(746.383)	(682.463)
RESULTADO DO SERVIÇO	458.830	415.531
RESULTADO FINANCEIRO	140.149	79.200
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS JUROS DE CAPITAL	598.979	494.731
Juros sobre o Capital Próprio.....	(239.354)	(75.000)
RESULTADO OPERACIONAL APÓS JUROS DE CAPITAL	359.625	419.731
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1.266)	5.815
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR E DA CSLL	358.359	425.546
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(129.436)	(151.768)
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio.....	239.354	75.000
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	468.277	348.778
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	3,14	2,34

O Resultado do Serviço obtido em 2005 apresenta-se 10,4% superior ao verificado em 2004, demonstrando melhoria do desempenho operacional da Companhia, que registrou evolução da margem operacional de 37,8% em 2004, para 38,1% em 2005.

O Resultado Operacional em 2005, antes dos Juros sobre o Capital Próprio, mostrou-se 21,1% superior ao verificado no exercício de 2004, confirmando a melhoria do desempenho operacional e financeiro da Companhia.

Em consequência dos resultados positivos obtidos em sua gestão operacional em 2005, a Transmissão Paulista obteve o Lucro Líquido de R\$ 468.277 mil, mostrando significativa evolução de 34,3% comparativamente ao apurado em 2004.

O desempenho econômico-financeiro no exercício possibilitou à Companhia creditar a seus acionistas, no decorrer de 2005, o montante de R\$ 239.354 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio, correspondendo a 51,1% do Lucro Líquido do Exercício. Esse valor é 219,1% superior aos Juros sobre o Capital Próprio destinados aos acionistas em 2004 e estão 418,1% acima do Dividendo Obrigatório de R\$ 46.200 mil.

Considerando a proposta da Administração de destinar o valor de R\$ 97.300 mil, na forma de dividendos complementares, a distribuição de lucro aos acionistas perfaz o montante de R\$ 336.654 mil, que corresponde a 71,9% do Lucro Líquido de 2005.

Estrutura de Capital

A Transmissão Paulista encerrou o exercício de 2005 demonstrando estrutura de capital com 17% de recursos de terceiros, incluindo apenas 4,9% de dívida onerosa com relação ao ativo total. Tal situação decorre principalmente das restrições formais impostas pelo Conselho Monetário Nacional referentes ao contingenciamento da dívida do setor público. Sendo empresa controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, a Transmissão Paulista é afetada por essas restrições normativas que a têm impedido de acessar as fontes de financiamento que oferecem capitais a juros compatíveis com o retorno do negócio de transmissão de energia elétrica.

Assim sendo, a Companhia vem utilizando os recursos gerados internamente para atender ao seu programa de investimentos, dado que a captação de recursos a taxas de juros incompatíveis com o retorno do seu negócio implicaria redução de valor para os acionistas, além de comprometer a capacidade de endividamento da Companhia para o futuro.

Negociação das Ações

No exercício de 2005, foram realizados 55.120 negócios com ações da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, envolvendo o volume total de R\$ 1.053.707 mil.

No âmbito dos programas de ADRs (American Depositary Receipts) – nível 1 da Companhia, constavam da sua base acionária, ao final do exercício de 2005, 24.983 ADRs referentes a ações preferenciais e 12.333 ADRs referentes a ações ordinárias. Nos programas existentes, cada ADR corresponde a 3.000 ações da respectiva espécie.

Ao longo do ano de 2005, o IBOVESPA valorizou-se em 27,7%. Nesse período, as ações ordinárias da Companhia (TRPL3) valorizaram 162,6%, enquanto que suas ações preferenciais (TRPL4) registraram valorização de 80,8% no mercado.

Nível 1 de Governança Corporativa

A Transmissão Paulista foi a primeira empresa de energia elétrica no Estado de São Paulo a aderir formalmente às práticas de Governança Corporativa, tendo assinado, em 18 de setembro de 2002, o Contrato de Adesão às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 1 com a Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

Com a adesão, a Companhia, que tem suas ações preferenciais incluídas no IBOVESPA, passou também a compor o Índice de Ações com Governança Corporativa (IGC), que mede o desempenho das empresas listadas no Programa de Governança Corporativa da BOVESPA.

Cumprindo as regras da Governança Corporativa, a Transmissão Paulista realizou reunião em 24 de novembro de 2005 com analistas e investidores, no auditório da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC-SP, ocasião em que fez sua apresentação institucional anual.

Desta forma, a Transmissão Paulista reforça seus compromissos com as melhores práticas de Governança Corporativa, com destaque para a clareza e oportunidade nas informações oferecidas ao mercado.

Audidores Independentes

Para os fins previstos na Instrução CVM – 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, contratada em maio de 2004 para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, para um período de 3 anos, desde então só prestou serviços relacionados à auditoria externa.

A EXCELÊNCIA NA QUALIDADE

A Transmissão Paulista vem investindo continuamente na modernização de seu sistema de gestão e incrementando ações voltadas à excelência na prestação de serviços, de forma a aumentar os índices de satisfação dos clientes.

Para tanto, a Companhia tem prosseguido na obtenção das certificações ISO de processos estratégicos e determinantes para o aumento da competitividade e aperfeiçoamento do desempenho operacional. Em 2005, foi aprovada a implantação do sistema de gestão da qualidade nos processos de Gestão de Contratos e Manutenção de Disjuntores PK, cuja meta é certificá-los até o segundo semestre de 2006.

Em relação aos Centros de Operação do Sistema, foi realizada auditoria externa pela BVQI do Brasil (entidade certificadora), para recertificação em sistema multi-site, que unificou as certificações anteriores do Sistema de Operação em uma só certificação, envolvendo os quatro centros de operação e a Divisão de Programação da Operação. A adoção da modalidade multi-site trouxe ganhos para a Companhia, pois possibilitou a unificação de sistemáticas de trabalho, a racionalização das informações e da documentação do sistema da qualidade e a otimização de recursos.

Foi ainda efetuada a ampliação do escopo do Sistema da Qualidade, acrescentando-se a ele as atividades de normatização, planejamento e análise da operação, além das atividades de Coordenação, Supervisão e Controle da Operação em Tempo Real dos Sistemas Elétrico, Energético e Hidráulico, atividades já certificadas anteriormente, tendo sido recomendada pela auditoria externa a certificação dessa ampliação.

A Transmissão Paulista também tem investido no incremento da qualidade nas diversas atividades de manutenção do sistema de potência. Iniciou com a certificação do processo de Inspeção de Linhas Aéreas de Transmissão, focando a investigação minuciosa dos componentes das linhas de transmissão e proporcionando melhores condições da programação da manutenção. Em 2005, foi realizada a segunda auditoria de manutenção pela ABS Quality Evaluations Inc., sendo mantida a certificação.

Prosseguindo na busca da excelência, a Companhia priorizou o gerenciamento da manutenção que engloba os processos de planejamento, programação e controle. Dentre estes, o processo de Programação dos Serviços de Manutenção foi selecionado para certificação, por ser considerado uma etapa estratégica, na qual se obtém a otimização dos desligamentos necessários, proporcionando redução no tempo de indisponibilidade de equipamentos. Foi mantida sua certificação, após a primeira auditoria de manutenção realizada no mês de dezembro, pela BVQI.

Merece relevância também o processo de aquisição de materiais, em função da necessidade de primar pela qualidade. Elegeu-se, dentro da cadeia dos processos de fornecimento, o processo de Cadastramento e Avaliação de Fornecedores de Materiais, Equipamentos e Serviços. Em 2005, a BVQI validou a certificação, após a realização da primeira auditoria de manutenção.

Certificações Obtidas no Padrão Normativo NBR ISO 9001:2000

Escopo	Áreas Envolvidas	Organismo Certificador	Data		
			Auditoria	Certificado	Validade
Coordenação, supervisão e controle da operação em tempo real dos sistemas elétrico, energético e hidráulico	Centro de Operação do Sistema; Centros Regionais de Operação Bauru, Cabreúva e São Paulo; e Divisão de Programação da Operação	BVQI	17/06/2005	Original 23/12/1998 Recertificação 15/03/2002 Migração 16/10/2002 Recertificação 17/06/2005	17/06/2008
Inspeção de linhas aéreas de transmissão	Divisão de Engenharia de Manutenção de Subestações e Linhas; e 13 Equipes de Inspeção das Divisões de Transmissão	ABS	19/12/2003	Original 18/02/2004	17/02/2007
Programação de serviços de manutenção em instalações da rede básica e da rede complementar	Divisão de Engenharia de Manutenção de Subestações e Linhas; e 10 Equipes de Programação da Manutenção das Divisões de Transmissão	BVQI	16/12/2004	Original 05/01/2005	16/12/2007
Cadastramento e avaliação de fornecedores de materiais, equipamentos e serviços	Divisão de Tecnologia e Administração de Materiais	BVQI	22/12/2004	Original 11/01/2005	22/12/2007

OS PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Desde a implantação do Primeiro Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Transmissão Paulista, em junho de 2002, a Companhia investiu cerca de R\$ 13,4 milhões nos quatro primeiros ciclos de Pesquisa e Desenvolvimento. Para o quinto ciclo 2005/2006, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 5 milhões.

Investimentos em Projetos de P&D

Ciclo	R\$ Mil
2001/2002	3.218
2002/2003	3.562
2003/2004	2.218
2004/2005	4.430
Subtotal	13.428
2005/2006	5.000
Total	18.428

Por estarem pautados na busca de inovações e na parceria com as universidades e centros de pesquisa, os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento têm contribuído de forma significativa para a capacitação dos empregados, modernização e geração de produtos e processos.

Os critérios que norteiam a seleção de projetos objetivam melhorias no desempenho operacional e econômico-financeiro da Empresa.

Composição dos Programas por Segmento de Pesquisa

Segmentos de Pesquisa	1º Programa Ciclo 2001/2002	2º Programa Ciclo 2002/2003	3º Programa Ciclo 2003/2004	4º Programa Ciclo 2004/2005
Linhas de Transmissão	7	6	4	5
Monitoração	5	1	-	1
Sistema de Potência	4	5	5	5
Subestação	-	3	1	4
Automação	2	2	1	2
Novo Modelo	1	-	-	-
Planejamento Econômico-Financeiro	-	2	1	1
Meio Ambiente	-	-	1	1
Tecnologia de Informação	-	1	-	-
Gestão de Ativos	-	-	-	1
Total	19	20	13	20

Em meados de 2005, os resultados do segundo Programa de P&D, ciclo 2002/2003, foram apresentados em seminário aberto ao setor elétrico. O evento expôs as soluções e experiências dos profissionais de diferentes áreas da Companhia e de seus parceiros de universidades e centros de pesquisa, com o objetivo de compartilhar e divulgar as conquistas tecnológicas alcançadas nesse ciclo.

No final de 2005, a Transmissão Paulista concluiu o terceiro Programa de P&D, iniciou o desenvolvimento do quarto Programa ciclo 2004/2005, e encaminhou para aprovação da ANEEL, o quinto Programa ciclo 2005/2006.

Ao longo do desenvolvimento dos Programas houve uma diversificação bastante importante quanto à natureza dos segmentos de pesquisa. A Companhia, além dos projetos essencialmente técnico-elétricos, direcionou também os seus investimentos para as áreas de meio ambiente, planejamento econômico-financeiro e gestão de ativos, o que resultou em maior abrangência nas aplicações do conhecimento e da inovação tecnológica.

MEIO AMBIENTE

Os serviços públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão submetidos à legislação ambiental, de natureza constitucional e complementar, que exige a regularização e conformidade ambiental dos ativos em operação e o licenciamento ambiental de novos empreendimentos e instalações.

Em 2005, a Companhia deu continuidade as ações voltadas ao atendimento dos compromissos assumidos através do Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental – TAC, firmado com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo em 2002, visando a regularização ambiental dos ativos de transmissão em operação que não possuíam a respectiva Licença Ambiental de Operação – LO. Atualmente, a Companhia dispõe de todas as suas instalações em operação cobertas pelas respectivas licenças de operação.

A Transmissão Paulista vem implementando a recuperação ambiental de 140 hectares em áreas administradas pelo Instituto Florestal de São Paulo – IF, de uma área total de 273 hectares, e também finalizou a elaboração dos Estudos de Análise de Riscos – EAR, Plano de Gerenciamento de Riscos – PGR e Planos de Ação de Emergência – PAE de todo o sistema de transmissão da CTEEP.

Ao longo de 2005 foram requeridos os processos de Licenciamento Ambiental dos seguintes empreendimentos:

- Repotenciação da LT 345 kV Guarulhos-Anhangüera
Licença Ambiental Prévia nº 00810, emitida em 02/03/2005; Licença Ambiental de Instalação nº 00358, emitida em 12/08/2005;
- Seccionamento da LT 440 kV Bauru-Embu, Ramal Oeste
Licença Ambiental Prévia nº 00847, emitida em 22/06/2005; Licença Ambiental de Instalação nº 00357, emitida em 30/08/2005; e
- Recapacitação da LT 138 kV Araraquara-São Carlos
Licença Ambiental Prévia nº 00892, emitida em 21/10/2005; Licença Ambiental de Instalação nº 00378, emitida em 15/12/2005.

Certificação Ambiental de Subestações – NBR ISO 14001

A Transmissão Paulista vem prosseguindo na implantação do processo de certificação ambiental de subestações, iniciado em 2002, auditado por entidades independentes, com base no escopo “Operação e Manutenção de Subestação de Transmissão de Energia Elétrica”. Em 2005, as unidades envolvidas com os sistemas de gestão ambiental foram submetidas ao processo de auditoria, conduzido pela empresa DQS do Brasil, para a recertificação de 2 subestações, manutenção da certificação de 4 subestações e certificação de outras 4, totalizando 10 subestações certificadas ambientalmente, ao final de 2005.

Subestações Certificadas no Padrão Normativo NBR ISO 14001	
Subestação	Certificação/ Recertificação
Santa Bárbara D'Oeste	2002/2005
Xavantes	2002/2005
Araraquara	2003
Oeste	2003
Centro – ETR	2003
Registro	2004
Itapetininga II	2005
Miguel Reale	2005
Santa Cabeça	2005
Valparaíso	2005

Destaca-se, também, a adesão da Companhia aos princípios da “Declaração Internacional de Produção + Limpa”, protocolo integrante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA.

O comprometimento da Transmissão Paulista com as diretrizes do protocolo integrante do programa PNUMA passou a integrar o Sistema de Gestão Ambiental – SGA, envolvendo iniciativas e ações de redução do consumo de matérias-primas, água, energia, minimização da geração de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas, com vistas à obtenção da adequação ambiental das atividades e a redução de custos de produção, dentre outros potenciais benefícios.

A GESTÃO DE PESSOAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Transmissão Paulista conta com 2.927 empregados, distribuídos em diferentes regiões do Estado de São Paulo, sendo 55,6% no Interior e 44,4% na Capital. Desse total, 80 % estão alocados na área técnica.

Para garantir o conhecimento e a atualização dos seus empregados, dos quais 46,1% dispõem de ensino médio e 36,7% concluíram o curso superior (destes, 26% possuem pós-graduação/especialização/MBA – 280 empregados), a Companhia implantou, desde 2001, um amplo Programa de Educação Corporativa.

O Programa, concentrado nos vetores de gestão, institucional, tecnológico e de tecnologia da informação, atende as diversas áreas e contou com 758 turmas programadas e 130.000 homens-hora de treinamento, representando mais de 44 horas de treinamento por colaborador.

Além dos Programas de Educação Corporativa e das campanhas institucionais, visando a saúde e segurança, a Companhia realiza um importante Programa de Responsabilidade Social, criado para conscientizar os empregados da importância do exercício da cidadania, estendendo-se aos seus familiares e à comunidade em geral. O Programa compreende projetos de cunho social, tecnológico e cultural, descritos a seguir:

Acompanhar

O projeto atende os empregados afastados por auxílio-doença, acidente de trabalho e saúde ocupacional. Como resultado, durante 2005, na Capital e nas Unidades Descentralizadas foram acompanhadas 89 pessoas, que receberam orientações quanto a benefícios, saúde, legislação trabalhista e previdenciária, entre outras.

Dependência Química

A Companhia disponibiliza aos dependentes químicos acompanhamento individual e em grupo, através de reuniões e atendimentos familiares, resultando na redução do absenteísmo e melhora do convívio com familiares e colegas de trabalho. Dos 34 empregados inscritos no projeto, 30 encontram-se em processo de recuperação.

Desenvolvendo Talentos

Criado em 2000, o projeto capacita deficientes visuais por meio de atividades que promovem a sua habilitação ou reabilitação para posterior inserção no mercado de trabalho. Através de uma parceria com a ADEVA (Associação de Deficientes Visuais e Amigos), a Companhia cede empregados deficientes visuais qualificados e capacitados, que realizam a coordenação geral e ministram cursos na Instituição.

Eficiência

O projeto atende a empregados e filhos portadores de deficiência física, mental, sensorial e múltipla. Realiza orientações e dá providências quanto às necessidades especiais, através de reuniões com as famílias, unindo os participantes do projeto para troca de experiências e vivências.

Estagiário Mirim

São oferecidos estágios, com duração de um ano, para jovens da comunidade, menores de 18 anos. Por meio de Convênio de Cooperação Educacional com os CAMPS – Círculo de Amigos do Menor Patrulheiro – Legiões, o programa visa proporcionar aos adolescentes desenvolvimento profissional e pessoal por meio de aprendizagem prática de rotinas administrativas e de convívio empresarial, tanto na Capital quanto nas Unidades Descentralizadas. O projeto conta com 58 adolescentes, sendo 42 na Capital e 16 no Interior.

Estágio Curricular Externo

A Companhia oferece anualmente estágio para estudantes de último e penúltimo ano de diversos cursos de nível superior e técnico, com vagas anuais em torno de 3% do quadro de colaboradores. Os estagiários permanecem na Companhia durante um período de 9 a 11 meses, recebem uma Bolsa Auxílio, Vale Refeição e Assistência Médica. Em 2005, foram abertas 46 vagas de estágio para o nível universitário e 43 para o nível técnico, distribuídas pela Capital e Interior.

Transmitindo Saúde

Promove ações que favorecem a prevenção e conscientização dos empregados no aspecto de saúde, divulgando, durante o ano, cerca de 12 temas relativos à prevenção e tratamento de doenças.

Fundação Energia e Saneamento

Em parceria com a Fundação Energia e Saneamento, a Companhia tem participado de projetos educacionais em diversas cidades do Estado de São Paulo. Em 2005, cerca de 10 mil estudantes da rede pública foram recebidos nas diversas cidades onde a Fundação mantém instalações, como os museus de Itu e Jundiaí, e nas usinas de Rio Claro, Corumbataí e Salesópolis. A parceria também foi extensiva à restauração do “Caminhos do Mar - Pólo Eco-turístico”, via de escalada da Serra do Mar, com a recepção monitorada a 42.678 visitantes em caminhadas que valorizam a educação ambiental.

Frentes de Trabalho

Ação emergencial de auxílio ao desempregado, desenvolvida em parceria com a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, proporciona ocupação, qualificação profissional e renda à população desempregada no mínimo há 1 ano e que resida no Estado de São Paulo há pelo menos 2 anos. Já beneficiou 1.191 bolsistas nos serviços de jardinagem, recepção, auxiliar de limpeza, copa e portaria.

Instituto Criança Cidadã – ICC

A Companhia é uma das mantenedoras do Instituto Criança Cidadã, apoiando as atividades que beneficiam cerca de 5.700 crianças, adolescentes e adultos através de 13 unidades educacionais, em que se desenvolvem os projetos como a *Creche – Pré-Escola*, *Complementação Escolar*, *Centro de Iniciação ao Trabalho*, *Alfabetização e Nossa Comunidade*.

Energia, Arte & Cultura

A Transmissão Paulista tem patrocinado atividades culturais e artísticas, com a aplicação de recursos financeiros em projetos enquadrados nas Leis de Incentivos Fiscais (Rouanet). No ano de 2005, foram contemplados os projetos: “Restauração do Patrimônio Arquitetônico do Complexo do Casarão Santos Dumont”; “Centro Cultural da Estação Especial da Lapa”, visando a recuperação e a ampliação da capacidade de atendimento gratuito e prioritário aos portadores de deficiência e de necessidades especiais, provenientes, em sua maioria, de famílias de baixa renda; a obra cinematográfica “Antes da Noite” e a peça teatral “Pequenos Crimes Conjuguais”.

Projeto Transformação

Patrocínio e difusão de eventos que promovem a cidadania, o desenvolvimento tecnológico e a cultura, estreitando as relações entre a Transmissão Paulista e a sociedade. Foram patrocinados: o III Congresso da Associação Brasileira de Agências de Regulação, o II Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico, o VIII Simpósio Internacional de Proteção contra Descargas Atmosféricas e o II Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica.

Ainda durante o ano de 2005, algumas entidades receberam recursos em doação. Dentre elas, a Associação Lar São José, o Comitê para Democratização da Informática, a Santa Casa de Santa Bárbara D'Oeste, o Hospital do Câncer de Presidente Prudente, a Sociedade Brasileira de Desenvolvimento Sócio-Cultural, a Casa da Esperança e a Associação Paulista Viva, entre outras.

Projeto Pipa

Esse projeto originou-se da necessidade de orientar e educar os praticantes do eolismo (arte de empinar pipa) e prevenir acidentes causados pela falta de informação. Escolas nas proximidades de instalações da Companhia ministraram palestras e distribuíram material informativo.

O projeto abrangeu 170 mil alunos de 267 escolas em 86 cidades do Estado de São Paulo e estiveram envolvidos 375 professores que apoiaram a iniciativa da Companhia

Projeto Pomar

Realizado em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, desenvolve ações de minimização do impacto visual das Linhas de Transmissão na Marginal Pinheiros. O Projeto Pomar, além de promover a recuperação ambiental das margens do Rio Pinheiros, promove a cidadania, utilizando mão-de-obra dos participantes das Frentes de Trabalho, consolidando, dessa forma, uma parceria que beneficia toda a comunidade na cidade de São Paulo. O trecho mantido pela Transmissão Paulista encontra-se consolidado desde 2003 e os serviços realizados atualmente no local consistem em operações de manutenção, como o corte do capim, despraguejamento dos canteiros, o combate às formigas, adubação de cobertura, limpeza geral da área, substituição de canteiros e irrigação, quando necessária.

Campanha do Agasalho

A Campanha do Agasalho é promovida anualmente pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP), coordenada pela Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento (SERHS) e desenvolvida voluntariamente pelos empregados da Companhia em 48 localidades. Em 2005, foram arrecadadas e distribuídas 800.566 peças, que foram previamente higienizadas, embaladas e etiquetadas com identificação.

Semana da Solidariedade

A Companhia participou, pelo terceiro ano consecutivo, da Semana da Solidariedade, promovida pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP), em parceria com a Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento (SERHS). O evento, realizado anualmente em setembro, tem como objetivo disseminar nas organizações, participantes e na sociedade a consciência sobre a importância da contribuição solidária, atuando com entidades responsáveis pela assistência a crianças e adolescentes. Em 2005, foi contemplada a creche da Comunidade Educacional de Base Sítio Pinheirinho – CEBASP, uma entidade sem fins lucrativos, localizada no Parque São Lucas, Zona Leste da cidade de São Paulo, os Centros Educacionais Comunitários “Jesus Menino”, que atendem 286 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, e o “Sagrada Família”, formado por 10 casas lares que abrigam 100 crianças.

BALANÇO SOCIAL

(Valores em milhares de reais)

Bases de Cálculo		2005		2004	
Receita líquida (RL).....		1.205.213		1.097.994	
Resultado operacional (RO).....		359.625		419.731	
Folha de pagamento bruta (FPB).....		342.517		329.973	

Indicadores Sociais Internos	Valor	% s/ FPB	% s/ RL	Valor	% s/ FPB	% s/ RL
Alimentação.....	11.453	3,3	1,0	10.658	3,2	1,0
Encargos sociais compulsórios.....	73.188	21,4	6,1	70.290	21,3	6,4
Previdência privada.....	11.435	3,3	0,9	12.875	3,9	1,2
Saúde.....	14.540	4,3	1,2	12.934	3,9	1,2
Educação.....	4.852	1,4	0,4	5.342	1,6	0,5
Auxílio creche.....	246	0,1	-	182	0,1	-
Participação nos lucros e resultados.....	16.448	4,8	1,4	13.448	4,1	1,2
Outros	368	0,1	-	402	0,1	-
Total.....	132.530	38,7	11,0	126.131	38,2	11,5

Indicadores Sociais Externos	Valor	% s/ RO	% s/ RL	Valor	% s/ RO	% s/ RL
Contribuições para a sociedade: educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar e outros.....	1.826	0,5	0,2	2.990	0,7	0,3
Tributos (excluídos encargos sociais).....	91.740	25,5	7,6	53.408	12,7	4,9
Total.....	93.566	26,0	7,8	56.398	13,4	5,2

Indicadores Ambientais	Valor	% s/ RO	% s/ RL	Valor	% s/ RO	% s/ RL
Relacionados com operação da Empresa.....	463	0,1	-	423	0,1	-
Em programas e/ou projetos externos.....	390	0,1	-	228	0,1	-
Total.....	853	0,2	-	651	0,2	-

Indicadores do Corpo Funcional			
Empregados no final do exercício.....	2.927	2.985	
Admissões durante o exercício.....	4	3	
Empregados acima de 45 anos.....	1.229	1.102	
Mulheres empregadas.....	319	322	
% cargos de chefia ocupados por mulheres	8,8	10,3	
Empregados portadores de deficiência.....	13	13	

Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial			
Relação entre a maior e a menor remuneração.....	21 vezes	21 vezes	
Total de acidentes de trabalho.....	25	25	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Empresa foram definidos pela:.....	Direção e Gerências	Direção e Gerências	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho, foram definidos pela:.....	Direção e Gerências	Direção e Gerências	
A previdência privada contempla :.....	Todos empregados	Todos empregados	
A participação nos lucros e resultados contempla:	Todos empregados	Todos empregados	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa :.....	São sugeridos	São sugeridos	
Participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a Empresa :	Apóia	Apóia	

AGRADECIMENTOS

A Administração da Transmissão Paulista agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos governamentais pela atenção, cooperação e confiança durante o ano de 2005, externando o especial reconhecimento aos seus colaboradores pela dedicação e esforço empreendidos, graças aos quais a Companhia conseguiu obter os resultados apresentados.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores em milhares de reais)

	2005	2004
ATIVO		
CIRCULANTE		
Disponibilidades		
Numerário disponível.....	2.039	133
Aplicações financeiras.....	682.878	543.857
	<u>684.917</u>	<u>543.990</u>
Créditos, valores e bens realizáveis		
Clientes.....	153.550	141.419
Almoxarifado.....	31.627	25.874
Valores a receber - Secretaria da Fazenda.....	42.292	49.273
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(1.079)	(1.079)
Tributos e contribuições compensáveis.....	31.008	9.260
Cauções e depósitos vinculados.....	3.412	6.189
Outros.....	14.857	17.262
	<u>275.667</u>	<u>248.198</u>
Despesas pagas antecipadamente.....	<u>4.805</u>	<u>5.783</u>
	<u>965.389</u>	<u>797.971</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Créditos, valores e bens realizáveis		
Valores a receber - Secretaria da Fazenda.....	111.038	117.632
Alienação de bens e direitos.....	70.496	70.496
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(72.714)	(72.714)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	109.239	96.488
Cauções e depósitos vinculados.....	63.901	60.466
Outros.....	3.494	3.494
	<u>285.454</u>	<u>275.862</u>
Despesas pagas antecipadamente		
Ativo regulatório - COFINS/PIS.....	101.040	62.602
	<u>386.494</u>	<u>338.464</u>
PERMANENTE		
Investimentos		
Incentivos fiscais - FINAM.....	851	851
Provisão para perdas - Ferronorte.....	(851)	-
	<u>-</u>	<u>851</u>
Imobilizado		
Em serviço.....	5.687.272	5.537.417
Depreciação acumulada.....	(2.550.030)	(2.397.290)
	<u>3.137.242</u>	<u>3.140.127</u>
Em curso.....	501.994	364.251
	<u>3.639.236</u>	<u>3.504.378</u>
Obrigações especiais.....	(15.890)	(9.556)
	<u>3.623.346</u>	<u>3.494.822</u>
	<u>3.623.346</u>	<u>3.495.673</u>
TOTAL DO ATIVO.....	<u>4.975.229</u>	<u>4.632.108</u>

As notas explicativas e os anexos I e II são parte integrante destes balanços

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores em milhares de reais)

	2005	2004
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores.....	112.176	39.787
Tributos a recolher.....	57.143	41.916
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.....	10.298	44.768
Encargos do consumidor - RGR.....	6.228	7.248
Salários e contribuições sociais.....	13.299	12.863
Obrigações estimadas.....	43.603	38.911
Valores a pagar - Fundação CESP.....	8.949	13.641
Juros sobre o capital próprio/dividendos a pagar.....	84.046	44.399
Dividendos declarados.....	97.300	-
Outros.....	28.182	19.557
	<u>461.224</u>	<u>263.090</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e financiamentos.....	636	13.997
Valores a pagar - Fundação CESP.....	224.961	220.954
Imposto de renda diferido.....	16.374	16.374
Provisão para contingências.....	254.402	216.900
Provisão para encargos fiscais e tributários.....	38.524	38.524
Obrigações especiais - reversão/amortização.....	24.053	24.053
Outros.....	10.271	8.474
	<u>569.221</u>	<u>539.276</u>
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....	<u>117.480</u>	<u>134.465</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social.....	462.000	462.000
Reservas de capital.....	2.592.369	2.592.369
Reservas de lucros.....	179.894	157.929
Lucros acumulados.....	592.375	482.313
	<u>3.826.638</u>	<u>3.694.611</u>
Recursos destinados a aumento de capital.....	<u>666</u>	<u>666</u>
	<u>3.827.304</u>	<u>3.695.277</u>
TOTAL DO PASSIVO.....	<u><u>4.975.229</u></u>	<u><u>4.632.108</u></u>

As notas explicativas e os anexos I e II são parte integrante destes balanços

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais)**

	2005	2004
RECEITA OPERACIONAL		
Receita de uso da rede elétrica.....	1.276.361	1.155.864
Outras receitas.....	44.303	5.645
	<u>1.320.664</u>	<u>1.161.509</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(32.397)	(31.416)
COFINS.....	(99.624)	(77.200)
PIS.....	(21.629)	(17.335)
Ativo regulatório - Constituição.....	73.797	62.602
Ativo regulatório - Realização.....	(35.359)	-
ISSQN.....	(239)	(166)
	<u>(115.451)</u>	<u>(63.515)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>1.205.213</u>	<u>1.097.994</u>
CUSTO DO SERVIÇO DE OPERAÇÃO		
Pessoal.....	(109.606)	(98.954)
Material.....	(10.146)	(7.697)
Serviços de terceiros.....	(56.990)	(52.619)
Depreciação.....	(159.163)	(152.823)
	<u>(335.905)</u>	<u>(312.093)</u>
LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....	<u>869.308</u>	<u>785.901</u>
DESPESA OPERACIONAL		
Pessoal.....	(226.792)	(218.578)
Programa de demissão voluntária.....	-	(7.202)
Material.....	(15.028)	(14.975)
Serviços de terceiros.....	(32.444)	(30.102)
Depreciação.....	(10.240)	(11.746)
Encargos regulamentares da concessão.....	(45.903)	(15.833)
Provisão para contingências.....	(37.502)	(41.460)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	(3.297)
Outras despesas.....	(42.569)	(27.177)
	<u>(410.478)</u>	<u>(370.370)</u>
RESULTADO DO SERVIÇO.....	<u>458.830</u>	<u>415.531</u>
RESULTADO FINANCEIRO		
Amortização do deságio.....	16.985	16.985
Receita.....	132.534	80.535
Despesa.....	(19.766)	(22.099)
Variações monetárias líquidas.....	10.396	3.779
Juros sobre o capital próprio.....	(239.354)	(75.000)
	<u>(99.205)</u>	<u>4.200</u>
RESULTADO OPERACIONAL.....	<u>359.625</u>	<u>419.731</u>
Receita não operacional.....	4.357	12.857
Despesa não operacional.....	(5.623)	(7.042)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....	<u>(1.266)</u>	<u>5.815</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	<u>358.359</u>	<u>425.546</u>
Imposto de renda.....	(95.299)	(107.568)
Contribuição social.....	(33.819)	(38.156)
Imposto de renda diferido.....	(234)	(4.438)
Contribuição social diferida.....	(84)	(1.606)
	<u>(129.436)</u>	<u>(151.768)</u>
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....	<u>228.923</u>	<u>273.778</u>
Reversão dos juros sobre o capital próprio.....	239.354	75.000
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	<u>468.277</u>	<u>348.778</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$.....	<u>3,14</u>	<u>2,34</u>

As notas explicativas e os anexos I e II são parte integrante destas demonstrações

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Valores em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE		LUCROS ACUMULADOS	SUBTOTAL	RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
		CAPITAL	LUCROS				
Saldos em 31 de dezembro de 2003.....	462.000	2.592.369	142.020	224.391	3.420.780	666	3.421.446
Realização da reserva de lucros a realizar.....	-	-	(1.530)	1.530	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	348.778	348.778	-	348.778
Dividendos prescritos.....	-	-	-	53	53	-	53
Distribuição de juros sobre o capital próprio							
RCA - 10/05/04.....	-	-	-	(27.177)	(27.177)	-	(27.177)
RCA - 22/11/04.....	-	-	-	(47.823)	(47.823)	-	(47.823)
Destinação de lucro proposta à AGO de 25/04/05							
Reserva legal.....	-	-	17.439	(17.439)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2004.....	462.000	2.592.369	157.929	482.313	3.694.611	666	3.695.277
Realização da reserva de lucros a realizar.....	-	-	(1.449)	1.449	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	468.277	468.277	-	468.277
Dividendos prescritos.....	-	-	-	404	404	-	404
Distribuição de juros sobre o capital próprio							
RCA - 13/06/05.....	-	-	-	(54.354)	(54.354)	-	(54.354)
RCA - 12/09/05.....	-	-	-	(95.000)	(95.000)	-	(95.000)
RCA - 19/12/05.....	-	-	-	(90.000)	(90.000)	-	(90.000)
Destinação de lucro proposta à AGO de 20/04/06							
Reserva legal.....	-	-	23.414	(23.414)	-	-	-
Dividendos complementares.....	-	-	-	(97.300)	(97.300)	-	(97.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2005.....	462.000	2.592.369	179.894	592.375	3.826.638	666	3.827.304

RCA - Reunião do Conselho de Administração

Valor Patrimonial da Ação por lote de mil - R\$ 25,64

As notas explicativas e os anexos I e II são parte integrante destas demonstrações

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais)**

ORIGENS DOS RECURSOS	2005	2004
Das operações		
Lucro líquido do exercício.....	468.277	348.778
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido		
Depreciação.....	169.403	164.569
Variações monetárias e cambiais de longo prazo	1.370	16.075
Baixas do ativo permanente.....	11.648	9.463
Provisão para perdas - Ferronorte.....	851	-
Amortização do deságio.....	(16.985)	(16.985)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(12.750)	(15.217)
Provisão para contingências.....	37.502	41.460
	<u>659.316</u>	<u>548.143</u>
De terceiros		
Transferências do circulante para o exigível a longo prazo.....	3.670	6.356
Transferências do realizável a longo prazo para o circulante.....	31.661	31.255
Obrigações especiais - doações.....	6.334	468
Dividendos prescritos.....	404	53
	<u>42.069</u>	<u>38.132</u>
Total das origens	<u>701.385</u>	<u>586.275</u>
APLICAÇÕES DOS RECURSOS		
No realizável a longo prazo	26.704	4.019
No imobilizado	315.910	204.089
Transferências do exigível a longo prazo para o circulante.....	14.395	48.344
Ativo regulatório - constituição/realização.....	38.438	62.602
Nos juros sobre o capital próprio.....	239.354	75.000
Nos dividendos complementares.....	97.300	-
Total das aplicações	<u>732.101</u>	<u>394.054</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO.....	<u>(30.716)</u>	<u>192.221</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo circulante		
No início do exercício.....	797.971	605.037
No fim do exercício.....	<u>965.389</u>	<u>797.971</u>
Aumento do ativo circulante	<u>167.418</u>	<u>192.934</u>
Passivo circulante		
No início do exercício.....	263.090	262.377
No fim do exercício.....	<u>461.224</u>	<u>263.090</u>
Aumento do passivo circulante	<u>198.134</u>	<u>713</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO.....	<u>(30.716)</u>	<u>192.221</u>

As notas explicativas e os anexos I e II são parte integrante destas demonstrações

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Valores em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP" ou "Companhia") é uma sociedade de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, e está autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica no Estado de São Paulo, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica, bem como programas de pesquisa e desenvolvimento no que tange a transporte de energia e outras atividades correlatas à tecnologia disponível, quer diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou particulares. A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia é oriunda de cisão parcial da CESP - Companhia Energética de São Paulo, tendo iniciado suas operações comerciais em 01 de abril de 1999. Em 10 de novembro de 2001, incorporou a EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("EPTE"), empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.

As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. Adicionalmente, a CTEEP possui programa de "American Depositary Receipts - ADRs" - Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York, e o Banco Itaú S.A. é o custodiante (Nota Explicativa 21.2).

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em setembro de 2002, a Companhia aderiu às práticas diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 1, da BOVESPA. Em decorrência, a Companhia, que tem suas ações preferenciais incluídas no Índice BOVESPA - IBOVESPA, passou também a compor o Índice de Governança Corporativa - IGC.

Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração e do acionista controlador.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com as disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela ANEEL.

Essas demonstrações contábeis estão em conformidade com os princípios, métodos e critérios adotados pela Companhia quando do encerramento do exercício social de 2004.

Para melhor apresentação e comparação, parte da rubrica Investimentos no valor de R\$ 3.394 mil, referente a um terreno, em processo de alienação, localizado na Serra da Cantareira – São Paulo, foi reclassificada em 2004, do Ativo Permanente para a rubrica Outros no Ativo Realizável a Longo Prazo.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Práticas Contábeis Específicas

a. Encargos Financeiros e Variações Monetárias/Cambiais

Em virtude do disposto na Instrução Contábil 6.3.10, item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e as variações monetárias/cambiais, referentes aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados nesse subgrupo como custo.

b. Normas da ANEEL

A Companhia adotou os procedimentos constantes dos Ofícios Circulares da SFF/ANEEL, 190 de 01 de fevereiro de 2005, 302 de 25 de fevereiro de 2005 e 2.218 de 23 de dezembro de 2005 (Nota Explicativa 11).

4.2. Práticas Contábeis Gerais

a. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b. Clientes

Inclui os valores faturados relativos ao uso dos sistemas de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica e empresas ligadas a esses sistemas.

c. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída por valores considerados de improvável realização na data dos balanços.

d. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado são avaliados e registrados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de reposição. Os materiais destinados às imobilizações são registrados no ativo imobilizado em curso.

e. Imobilizado

Os elementos integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, acrescido da Correção Monetária Complementar - CMC, instituída pela Lei 8.200, de 28 de junho de 1991, de remuneração do capital próprio até 31 de dezembro de 1998, de encargos financeiros, das variações monetárias e cambiais dos empréstimos e financiamentos vinculados às imobilizações em curso, e deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que variam de 2% a 8,3% para os bens vinculados ao sistema de transmissão, 10% para móveis e utensílios e 20% para veículos, nos termos da Resolução 002, de 24 de dezembro de 1997, atualizada pela Resolução 44, de 17 de março de 1999, da ANEEL.

f. Ativos e Passivos Sujeitos à Atualização Monetária/Cambial

No caso de estarem sujeitos a alguma forma de correção, são atualizados monetariamente, com base nos índices definidos legal ou contratualmente, até a data do balanço.

g. Resultado de Exercícios Futuros

Representado pelo deságio auferido quando da aquisição de 49% das ações ordinárias da EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. Essas ações pertenciam à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo e à Companhia Paulista de Administração de Ativos - CPA e foram adquiridas, em 26 de março de 1999, pela CESP - Companhia Energética de São Paulo. Na cisão parcial da CESP, as referidas ações e o deságio apurado foram vertidos à CTEEP. A EPTE foi incorporada pela Companhia em 10 de novembro de 2001.

As amortizações desse deságio são efetuadas mensalmente, de forma linear pelo período de concessão da então EPTE, cujo vencimento ocorreria em dezembro de 2012.

h. Provisão para Contingências

Constituída com base na avaliação de risco de perda sobre ações em andamento, embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia.

i. Contribuição Social e Imposto de Renda

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

j. Planos de Benefícios Pós-Aposentadoria

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica a seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método do crédito unitário projetado, conforme previsto na Deliberação CVM 371/00.

k. Estimativas

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa e para contingências.

l. Juros sobre o Capital Próprio

Os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado, diretamente no patrimônio líquido, e para fins fiscais tratados como despesa financeira, reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro do exercício.

m. Lucro Líquido por Lote de Mil Ações

É determinado considerando-se a quantidade de ações do capital social integralizado na data do balanço patrimonial.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão representadas por certificados de depósitos bancários e cotas de fundo de investimento financeiro, tendo como único agente financeiro o Banco Nossa Caixa S.A.

<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Taxa CDI - Média</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
FIF Estatais.....	101,02%	348.908	270.186
FIF Estatais - Vinculados (a).....	101,02%	1.543	1.329
		<u>350.451</u>	<u>271.515</u>
CDB Flutuante CDI.....	99,29%	316.771	264.656
CDB Flutuante CDI - Vinculados (a)....	99,29%	15.656	7.686
		<u>332.427</u>	<u>272.342</u>
		<u>682.878</u>	<u>543.857</u>

- (a) Esses saldos representam os recebimentos provenientes da venda de ativos fixos vinculados ao acervo patrimonial. A Resolução ANEEL 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação exclusiva na concessão.

6. CLIENTES

Os clientes da Companhia são as concessionárias/permissionárias de serviço público de energia elétrica e consumidores livres, conectados às instalações da Companhia.

<u>Instalações</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Rede Básica.....	141.354	108.510
Demais Instalações de Transmissão - DIT.....	12.196	32.909
	<u>153.550</u>	<u>141.419</u>

6.1. Saldo por Vencimento

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
A Vencer.....	141.481	136.832
Vencidos		
até 30 dias.....	586	1.251
de 31 a 60 dias.....	222	1.251
de 61 a 90 dias.....	-	1.251
após 90 dias.....	11.261	834
	<u>12.069</u>	<u>4.587</u>
	<u>153.550</u>	<u>141.419</u>

O saldo vencido após 90 dias (R\$ 11.261 mil), refere-se a glosas alusivas a Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL"). Essas glosas estão sendo mantidas sob a alegação de que parte da tarifa de fronteira faturada pela CTEEP seria de obrigação da AES Tietê S.A., e deveria ser, portanto, faturada diretamente a esta última. A CPFL, amparada por uma liminar, deixou de pagar a respectiva tarifa durante o período de setembro de 2004 a abril de 2005.

A CTEEP recorre à ANEEL, por meio do Ofício-OF/F/2828, de 08 de julho de 2005, requerendo a inclusão do valor total vencido na parcela de ajuste das receitas aprovadas para o período de julho de 2005 a junho de 2006, por meio da Resolução Homologatória 149, de 30 de junho de 2005.

Conforme determinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, a Companhia deixou de faturar a CPFL os valores atualmente em questionamento a partir de maio de 2005, até que decisão final sobre esse assunto seja tomada. A Administração da Companhia não espera incorrer em perdas no que se refere a essa questão.

7. VALORES A RECEBER - SECRETARIA DA FAZENDA

	2005			2004
	Circulante	Longo Prazo	Total	Total
Benefícios - Lei 4.819/58.....	26.355	-	26.355	61.420
Contrato de Reconhecimento e Consolidação de				
Obrigações.....	10.557	58.940	69.497	74.626
Processamento da Folha de Pagamento - Lei 4.819/58.....	3.186	-	3.186	535
Alienação de Imóvel.....	2.194	12.251	14.445	15.511
Processos Trabalhistas - Lei 4.819/58.....	-	37.629	37.629	12.595
Salários-Família - Lei 4.819/58.....	-	2.218	2.218	2.218
	<u>42.292</u>	<u>111.038</u>	<u>153.330</u>	<u>166.905</u>

7.1. Benefícios – Lei 4.819/58

Valores referentes a adiantamentos realizados pela CESP - Companhia Energética de São Paulo, no período de novembro de 1981 a maio de 1983, para pagamentos de benefícios relacionados aos empregados enquadrados no plano de aposentadoria e pensão do Estado de São Paulo, conforme Lei Estadual 4.819/58.

Em decorrência do processo de cisão parcial da CESP, esses créditos foram transferidos à Companhia, sendo formalizado contrato com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em 06 de agosto de 1999, para recebimento em 84 parcelas mensais, corrigidas pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, acrescidas de juros de 6% ao ano, tendo início em setembro de 1999 e término previsto para agosto de 2006.

7.2. Contrato de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações

Em 02 de maio de 2002, foi assinado Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia dos valores correspondentes aos desembolsos originalmente efetuados pela CESP - Companhia Energética de São Paulo, no período de 1990 a 1999, para pagamento de folhas de complementações de aposentadorias e pensões, decorrentes de benefícios nos termos da Lei Estadual 4.819/58, estando o montante então confessado atualizado até janeiro de 2002, de acordo com a variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, e a partir de fevereiro de 2002, de acordo com a variação mensal do IGP-M, acrescida de 6% ao ano. O ressarcimento dar-se-á em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012.

7.3. Processamento da Folha de Pagamento – Lei 4.819/58

O montante de R\$ 3.186 mil refere-se ao saldo remanescente do processamento da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, sendo R\$ 1.426 mil através de liminares individuais no período de janeiro a agosto de 2005 e R\$ 1.760 mil no período de setembro a dezembro de 2005 por força de decisão judicial da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, cujos pagamentos são efetuados pela Fundação CESP, mediante recursos recebidos do Governo do Estado e repassados pela Companhia. Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento até que estes sejam aprovados pelo Governo do Estado para efetivo pagamento à Companhia.

7.4. Alienação de Imóvel

Em 31 de julho de 2002, foi assinado Instrumento Particular de Transação, com promessa de alienação de imóvel, reconhecimento de obrigações e compromisso de pagamento, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia de R\$ 12.243 mil, correspondente ao valor de mercado da totalidade da área do imóvel ocupado pelo Estado, utilizado, parcialmente, para a construção das unidades prisionais denominadas “Cadeião”.

O Estado comprometeu-se, portanto, a ressarcir a Companhia do total mencionado em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012, com atualização de acordo com a variação mensal do IGP-M e juros de 6% ao ano.

7.5. Processos Trabalhistas – Lei 4.819/58

Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela Companhia, relativas a funcionários aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado. Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento até que estes sejam aprovados pelo Governo do Estado para efetivo pagamento à Companhia.

7.6. Salários - Família – Lei 4.819/58

A CESP - Companhia Energética de São Paulo efetuou adiantamentos para pagamento de despesas mensais referentes a salários-família, decorrentes dos benefícios da Lei Estadual 4.819/58, sendo transferidos à Companhia, quando da cisão parcial da CESP.

Considerando a expectativa de perda, a Administração constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, no ativo realizável a longo prazo, no montante de R\$ 2.218 mil.

8. ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS

Centro Técnico de Manutenção de Equipamentos – CETEMEQ

Em 13 de abril de 1998, foi firmado Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Direitos e Obrigações entre a EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A., incorporada pela Companhia em 10 de novembro de 2001, e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., do imóvel localizado na Rua Lavapés, 463, Cambuci, São Paulo, no montante de R\$ 70.496 mil, a preço de mercado, a ser pago em 21 parcelas iguais, mensais e sucessivas, com vencimento no 1º dia útil de cada mês, a partir de maio de 1998. A EPTE, tendo em vista as contestações da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., relativamente ao valor citado, e por não receber as parcelas, ajuizou, em 11 de fevereiro de 1999 e 18 de outubro de 2000, ações de execuções que se processam perante a 1ª e 36ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, respectivamente.

Em dezembro de 2000, o valor contábil líquido desse ativo, no montante de R\$ 4.904 mil, foi baixado do ativo imobilizado, sendo efetuados também os registros de venda, tributos incidentes sobre o ganho apurado, provisão para créditos de liquidação duvidosa e créditos fiscais respectivos.

Tendo em vista as incertezas quanto à solução desse assunto, a Companhia mantém provisão no valor total do saldo a receber.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

9.1. Ativo

No ativo realizável a longo prazo, referem-se a valores de créditos compensáveis com lucros tributários futuros, calculados sobre provisões temporariamente indedutíveis, controlados na parte "B" do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR, oriundos das seguintes provisões:

	2005			2004
	I. Renda	C. Social	Total	Total
Créditos de Liquidação Duvidosa.....	17.198	5.544	22.742	22.742
Contingências Fiscais.....	29.108	10.479	39.587	34.143
Contingências Trabalhistas.....	32.531	11.711	44.242	36.935
Contingências Previdenciárias.....	1.706	614	2.320	2.320
Contingências Cíveis.....	256	92	348	348
	<u>80.799</u>	<u>28.440</u>	<u>109.239</u>	<u>96.488</u>

9.2. Passivo

No exigível a longo prazo, o saldo de R\$ 16.374 mil refere-se ao valor de imposto de renda sobre ganhos decorrentes da alienação do CETEMEQ (Nota Explicativa 8). Esse saldo será liquidado quando do efetivo recebimento das respectivas contas a receber.

10. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

No saldo do ativo circulante, está registrado o valor de R\$ 3.412 mil em 2005, (R\$ 3.401 mil em 2004), referente a fundo de desenvolvimento voltado a conceder bolsas de estudos e treinamento a empregados da Companhia que se enquadrem em política específica. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2004 estava registrado o montante de R\$ 2.788 mil relativo a títulos depositados em garantia à concessão da linha de transmissão de Chavantes-Botucatu, conforme requerido pela ANEEL.

Tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Companhia tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento. O saldo no ativo realizável a longo prazo está composto da seguinte forma:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
COFINS (a).....	38.524	38.524
Ações Trabalhistas (b).....	6.597	4.959
Ações Trabalhistas de Responsabilidade do Estado (c).....	5.638	3.841
Ações Previdenciárias - INSS (d).....	6.825	6.825
Autuações - ANEEL (e).....	6.317	6.317
	<u>63.901</u>	<u>60.466</u>

(a) Nota Explicativa 19.

(b) Nota Explicativa 18.1.

(c) Referem-se a depósitos judiciais efetuados pela Companhia, relativos a ações trabalhistas em andamento, de empregados aposentados, que são de responsabilidade do Estado de São Paulo.

(d) Nota Explicativa 18.3.

(e) Referem-se a dois depósitos com o objetivo de anular autuações da ANEEL lavradas em decorrência de perturbações verificadas no sistema de transmissão em fevereiro de 1999 e janeiro de 2002. O primeiro, efetuado em 17 de janeiro de 2000, no valor de R\$ 3.040 mil, foi requerido em ação anulatória iniciada pela Companhia contra a ANEEL, decorrente de auto de infração 001/1999-SFE que impôs multa à Companhia sob alegação de prática de violações por dificultar o trabalho de fiscalização relacionado às perturbações decorrentes da interrupção da transmissão e distribuição de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, não cumprir as determinações do “relatório de fiscalização” e não cumprir a incumbência legal de prestar serviço adequado. O segundo, efetuado em 17 de junho de 2003, no valor de R\$ 3.277 mil, resultante da lavratura do auto de infração 005/2002-SFE, em 07 de maio de 2002, em consequência de processo administrativo punitivo instaurado pela ANEEL, pelo rompimento, em 21 de janeiro de 2002, de um subcondutor de linha de transmissão de 440 kV entre as subestações da Companhia na Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira e Araraquara. Os advogados da Companhia entendem não ser praticável determinar se a posição da Companhia em ambos os casos prevalecerá.

11. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE - ATIVO REGULATÓRIO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A COFINS E O PIS

De acordo com o contrato de Concessão de Transmissão firmado com a ANEEL, está assegurado à Companhia que a alteração de quaisquer tributos ou encargos legais implicará revisão da Receita Anual Permitida - RAP.

Em virtude dos efeitos produzidos pelas Leis 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.833 de 29 de dezembro de 2003 e 10.865 de 30 de abril de 2004, a Companhia teve impacto nos seus custos produzido pela majoração das alíquotas do Programa de Integração Social - PIS, a partir de dezembro de 2002, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, a partir de fevereiro de 2004.

Os ativos regulatórios decorrentes da majoração das alíquotas da COFINS e do PIS, conforme determinação da ANEEL, por meio do Ofícios Circulares 190 - SFF de 01 de fevereiro de 2005 e 302 - SFF, de 25 de fevereiro de 2005, foram contabilizados no ativo realizável a longo prazo como “despesas pagas antecipadamente”, em contrapartida “às deduções à receita operacional”.

A composição do saldo desses ativos, em 31 de dezembro de 2005, é a seguinte:

	COFINS	PIS	Total
Constituição			
Dez/02 a Dez/04.....	-	18.191	18.191
Fev/04 a Dez/04.....	44.411	-	44.411
Jan/05 a Dez/05.....	60.744	13.053	73.797
	<u>105.155</u>	<u>31.244</u>	<u>136.399</u>
Realização			
Jul/05 a Dez/05.....	(26.541)	(8.818)	(35.359)
	<u>78.614</u>	<u>22.426</u>	<u>101.040</u>

A Companhia apresentou à ANEEL os cálculos relacionados à majoração das alíquotas de PIS e COFINS em 08 de julho de 2005, para o período compreendido entre dezembro de 2002 e junho de 2005, no caso do PIS, e entre fevereiro de 2004 e junho de 2005, no caso da COFINS, o que totalizou R\$ 120.337 mil. A Resolução Homologatória 149, de 30 de junho de 2005, da ANEEL, considerou que os efeitos decorrentes da majoração dessas contribuições a serem considerados no aumento tarifário a vigorar de julho de 2005 a junho de 2006 seriam de R\$ 78.759 mil. A Companhia vem mantendo discussões com a ANEEL com vistas a esclarecer essa diferença.

Tendo em vista o andamento desse assunto, até que a ANEEL se pronuncie de forma final, a Companhia suspendeu a atualização monetária desse saldo. Conforme orientações da ANEEL, a referida atualização deve ser feita com base na variação do IGP-M.

12. ATIVO IMOBILIZADO

	2005			2004
	<u>Custo Corrigido</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Saldo Líquido</u>	<u>Saldo Líquido</u>
Em Serviço				
Intangíveis.....	57.000	-	57.000	56.942
Terrenos (a).....	82.237	-	82.237	82.105
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	578.388	(331.526)	246.862	257.453
Máquinas e Equipamentos.....	4.919.338	(2.183.189)	2.736.149	2.725.400
Veículos.....	28.404	(23.817)	4.587	7.519
Móveis e Utensílios.....	21.905	(11.498)	10.407	10.708
	5.687.272	(2.550.030)	3.137.242	3.140.127
Em Curso.....	501.994	-	501.994	364.251
Obrigações Especiais (b)				
Doações Recebidas.....	(15.890)	-	(15.890)	(9.556)
	<u>6.173.376</u>	<u>(2.550.030)</u>	<u>3.623.346</u>	<u>3.494.822</u>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e as instalações utilizados na transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução 20/99 da ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação desses recursos nas atividades próprias da concessão.

Em virtude do disposto na Instrução Contábil 6.3.10, item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e as variações monetárias/cambiais, referentes aos financiamentos obtidos do Banco Société Générale para aplicação na construção da subestação Miguel Reale, foram registrados como custo desse ativo, no montante de R\$ 6.064 mil, correspondente ao período de janeiro a junho de 2004, data de conclusão da obra e início de suas operações comerciais.

- (a) Terrenos de propriedade da Companhia em São José dos Campos, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2005 monta a R\$ 114 mil, estão penhorados em garantia de execução fiscal de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU (Nota Explicativa 18.2).
- (b) Obrigações especiais estão representadas por bens recebidos de concessionários do serviço público de energia elétrica e clientes, para a realização de investimentos na concessão.

13. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Imposto de Renda - Ativo Regulatório (a).....	25.236	15.627
Contribuição Social - Ativo Regulatório (a).....	9.094	5.634
Contribuição Social sobre Ganho de Capital (b).....	5.247	5.247
COFINS.....	7.800	7.716
Imposto de Renda - Juros sobre o Capital Próprio.....	6.307	4.314
PIS.....	1.694	1.675
Taxa de Fiscalização - ANEEL.....	491	272
Outros.....	1.274	1.431
	<u>57.143</u>	<u>41.916</u>

(a) Referem-se ao imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o ativo regulatório (Nota Explicativa 11). A Companhia efetuou consulta à Secretaria da Receita Federal, questionando quanto ao enquadramento no inciso XI, do artigo 10, da Lei 10.833/03 e parágrafo 3º do artigo 2º da Instrução Normativa SRF 468/04, sendo assim, a Companhia aguarda pela apreciação de sua consulta.

(b) Refere-se à contribuição social incidente sobre os ganhos decorrentes da venda do imóvel denominado CETEMEQ (Nota Explicativa 8).

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

	<u>2005</u>			<u>2004</u>
	<u>Principal</u>			
<u>Encargos</u>	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Moeda Estrangeira				
Instituições Financeiras.....	58	10.183	-	10.241
				40.160
Moeda Nacional				
Fundação CESP.....	-	-	-	-
ELETRÓBRÁS.....	7	50	636	693
	7	50	636	693
	65	10.233	636	10.934
				58.765

14.1. Instituições Financeiras

Refere-se ao contrato de crédito com o Banco Société Générale, assinado em 13 de maio de 1998, no valor original de FRF 269.528 mil, correspondente a Euros 41.089 mil, com aval do Banco Real S.A. Sobre esse financiamento, que contribuiu para os investimentos na subestação Miguel Reale, incidem juros semestrais à taxa de 6,38% ao ano. Para o Banco Real S.A., comissão pós-embarque de 2,25%, é paga semestralmente de forma antecipada, incidente sobre o saldo desembolsado.

A amortização vem sendo efetuada em 10 parcelas semestrais, iguais e consecutivas, com início em novembro de 2001 e término previsto para maio de 2006.

14.2. Fundação CESP

Refere-se ao contrato de Confissão de Dívidas e Outras Avenças, assinado em novembro de 1997, cujo término ocorreu em novembro de 2005.

Os encargos foram calculados com base na variação da Taxa Referencial - TR acrescida de juros de 8% ao ano, e incorporados ao principal, mensalmente, sendo que pelo encerramento do contrato essa variação totalizava 11,06%.

14.3. Programa de Amortização de Longo Prazo

Referem-se aos contratos em moeda nacional, firmados com a ELETROBRÁS.

<u>Ano de Vencimento</u>	<u>Principal</u>
2007.....	50
2008.....	50
2009.....	50
2010.....	50
2011.....	50
Após 2011.....	386
	<u>636</u>

15. SALÁRIOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
INSS a Recolher.....	4.784	4.576
FGTS a Recolher.....	2.281	2.135
Imposto de Renda Retido dos Empregados a Recolher.....	2.545	2.297
Programa Bolsa de Estudos (a).....	3.408	3.685
Demais Contribuições a Recolher.....	281	170
	<u>13.299</u>	<u>12.863</u>

- (a) Refere-se a obrigações assumidas pela Companhia, em acordo firmado com os sindicatos, com vistas a reembolsar seus empregados de custos com a conclusão de sua formação no ensino fundamental, médio e superior.

16. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	2005	2004
Férias e Gratificação de Férias.....	19.178	17.878
Encargos Sociais sobre 13º Salário, Férias e Gratificação de Férias.....	7.977	7.585
Participação nos Lucros e Resultados (a).....	16.448	13.448
	<u>43.603</u>	<u>38.911</u>

(a) A participação nos lucros e resultados aos empregados foi registrada nos termos do Decreto 41.497/96, observadas as premissas estabelecidas no Acordo Coletivo de Trabalho de 2005/2006.

17. VALORES A PAGAR – FUNDAÇÃO CESP

Os valores de R\$ 8.949 mil (R\$ 13.641 mil, em 2004), classificado no passivo circulante, e R\$ 224.961 mil (R\$ 220.954 mil, em 2004), classificado no passivo exigível a longo prazo, referem-se aos saldos de dois contratos de Confissão de Dívidas para Financiamentos de Déficit Atuarial com a Fundação CESP, totalizando R\$ 233.910 mil (R\$ 234.595 mil, em 2004), alusivos aos planos de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, com vencimentos mensais e termos previstos para setembro e novembro de 2017, atualizados pela variação do custo atuarial (IGP-DI acrescido de juros de 6% ao ano) ou pela variação da TR acrescida de juros de 8% ao ano, sendo aplicado o maior dos dois índices.

Conforme definido nos respectivos contratos, quando dos encerramentos dos exercícios, os saldos são ajustados para fins de determinação das parcelas de contribuições para o ano subsequente, em virtude dos déficits ou superávits atuariais, calculados de acordo com a metodologia atuarial da Fundação CESP.

Em 31 de dezembro de 2005 e 2004, os cálculos dos passivos com entidade de previdência privada, conforme requerido pela Deliberação CVM 371/00, não resultaram na necessidade de constituição de passivos adicionais (Nota Explicativa 27).

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As contingências, nas suas diferentes espécies, foram avaliadas e classificadas segundo probabilidades de risco econômico-financeiro para a Companhia, na forma do demonstrado a seguir:

Espécie	Expectativa de Perda							
	Provável		Possível		Remota		Total	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Trabalhistas.....	130.124	108.631	6.049	23.877	198.636	151.438	334.809	283.946
Cíveis.....	1.023	1.023	1.173	138	10.716	1.345	12.912	2.506
Fiscais - IPTU.....	116.430	100.421	-	-	-	-	116.430	100.421
Previdenciárias - INSS....	6.825	6.825	-	-	-	-	6.825	6.825
	<u>254.402</u>	<u>216.900</u>	<u>7.222</u>	<u>24.015</u>	<u>209.352</u>	<u>152.783</u>	<u>470.976</u>	<u>393.698</u>

A expectativa de perda para cada contingência, resultando em desfecho desfavorável para a Companhia, classifica-se da seguinte forma:

- Provável - causas de grande possibilidade de ocorrência;
- Possível - causas de possibilidades médias de ocorrência; e
- Remota - causas de possibilidades pequenas de ocorrência.

Contabilmente, foram constituídas provisões para as contingências classificadas como de perda provável.

Periodicamente, as ações são reavaliadas e as provisões são complementadas, se necessário.

18.1. Trabalhistas

A Companhia assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP - Companhia Energética de São Paulo e de incorporação da EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A.

18.2. Fiscais - IPTU

Provisão efetuada para fazer face aos débitos com as Prefeituras de São Paulo e São José dos Campos.

18.3. Previdenciárias - INSS

Em 10 de agosto de 2001, a Companhia foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal e cesta-básica, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. Conseqüentemente, a Administração deliberou pela constituição de provisão, efetuando o respectivo depósito judicial no montante de R\$ 6.825 mil, contabilizado no ativo realizável a longo prazo, na rubrica "Cauções e depósitos vinculados" (Nota Explicativa 10).

19. PROVISÃO PARA ENCARGOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia questiona judicialmente a constitucionalidade da majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%, e a ampliação da base de cálculo, incluindo as receitas financeiras e as receitas não operacionais, nos termos da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1999.

Nesse sentido, a Companhia contabilizou as provisões e os correspondentes depósitos judiciais até o mês de competência, janeiro de 2004. A partir de fevereiro de 2004, com a vigência da Lei 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que trata da incidência não-cumulativa da COFINS, a Companhia passou a efetuar os recolhimentos conforme determinação da nova Lei. O valor do depósito judicial é de R\$ 38.524 mil, contabilizado no ativo realizável a longo prazo, na rubrica "Cauções e depósitos vinculados" (Nota Explicativa 10). A provisão para os encargos fiscais e tributários e os depósitos judiciais não são atualizados monetariamente.

20. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - REVERSÃO/AMORTIZAÇÃO

Referem-se aos recursos derivados da reserva de reversão e amortização e parcela retida na Companhia, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão - RGR, relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Não está definida pelo Poder Concedente a forma de liquidação dessas obrigações.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital Social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 1.469.090 mil, sendo R\$ 615.696 mil em ações ordinárias e R\$ 853.394 mil em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado totaliza R\$ 462.000 mil, dividido em 149.285.035 mil ações, sendo 62.558.663 mil ordinárias e 86.726.372 mil preferenciais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto tendo, no entanto, prioridade no reembolso de capital e no recebimento de dividendos de 10% ao ano, não-cumulativos, calculados sobre o capital integralizado correspondente a essa espécie de ações.

21.2. Composição Acionária da Companhia

Os principais acionistas da Companhia, em 31 de dezembro, são como segue:

	2005					
	Quantidades de Ações - Em Unidades					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas - (Controle)						
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.....	38.270.778.120	61,18	11.591.729.635	13,37	49.862.507.755	33,40
CESP - Cia. Energética de São Paulo.....	-	-	2.415.888.838	2,78	2.415.888.838	1,62
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.....	1.979.332.142	3,16	-	-	1.979.332.142	1,33
Outros.....	8.777.700	0,01	3.489.444	-	12.267.144	-
	<u>40.258.887.962</u>	<u>64,35</u>	<u>14.011.107.917</u>	<u>16,15</u>	<u>54.269.995.879</u>	<u>36,35</u>
Outros - (Ações em Circulação)						
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.....	6.160.836.510	9,85	46.522.459.775	53,64	52.683.296.285	35,29
União Federal.....	9.556.150.967	15,28	-	-	9.556.150.967	6,40
BNDES Part S.A. BNDESPAR.....	-	-	2.476.097.206	2,86	2.476.097.206	1,66
Credit S Fir Bos Eur Limited.....	357.600.000	0,57	1.319.458.000	1,52	1.677.058.000	1,12
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.....	296.439.000	0,47	1.348.157.697	1,55	1.644.596.697	1,10
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS.....	-	-	1.627.209.138	1,88	1.627.209.138	1,09
Morgan Stanley Uruguay Ltda.....	28.600.000	0,05	1.307.800.000	1,51	1.336.400.000	0,90
Merrill Lynch International.....	278.400.000	0,44	775.600.000	0,89	1.054.000.000	0,71
LIGHTPAR - Light Participações S.A.....	-	-	979.189.800	1,13	979.189.800	0,66
The Bank of New York - ADR Department.....	36.999.000	0,06	74.950.200	0,09	111.949.200	0,07
Diretores.....	-	-	212.710	-	212.710	-
Conselho de Administração.....	27	-	23.776	-	23.803	-
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-
Outros (a).....	5.584.749.337	8,93	16.284.105.974	18,78	21.868.855.311	14,65
	<u>22.299.774.841</u>	<u>35,65</u>	<u>72.715.264.276</u>	<u>83,85</u>	<u>95.015.039.117</u>	<u>63,65</u>
	<u>62.558.662.803</u>	<u>100,00</u>	<u>86.726.372.193</u>	<u>100,00</u>	<u>149.285.034.996</u>	<u>100,00</u>

2004						
Quantidades de Ações - Em Unidades						
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas - (Controle)						
Secretaria de Estado dos						
Negócios da Fazenda.....	33.134.660.880	52,97	6.321.251.879	7,29	39.455.912.759	26,43
Banco Nossa Caixa S.A (b).....	5.136.117.240	8,21	7.686.364.200	8,86	12.822.481.440	8,59
Companhia do Metropolitano de						
São Paulo - METRÔ.....	1.979.332.142	3,16	-	-	1.979.332.142	1,33
Outros.....	8.777.700	0,01	153.576.465	0,18	162.354.165	0,10
	40.258.887.962	64,35	14.161.192.544	16,33	54.420.080.506	36,45
Outros - (Ações em Circulação)						
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. -						
ELETROBRÁS.....	6.160.836.510	9,85	46.626.881.775	53,76	52.787.718.285	35,36
União Federal.....	9.556.150.967	15,28	-	-	9.556.150.967	6,40
BNDES Part S.A. BNDESPAR.....	-	-	2.950.169.191	3,40	2.950.169.191	1,98
Caixa de Previdência dos						
Funcionários do Banco do Brasil.....	296.439.000	0,47	1.348.157.697	1,56	1.644.596.697	1,10
L Parisotto Participações Ltda.....	-	-	1.100.000.000	1,27	1.100.000.000	0,74
LIGHTPAR - Light Participações S.A.....	-	-	979.189.800	1,13	979.189.800	0,66
Fundação Petrobrás de Seguridade						
Social - PETROS.....	-	-	933.109.138	1,07	933.109.138	0,62
Wisteria Holdings LLC.....	691.424.140	1,11	6.400.000	0,01	697.824.140	0,47
ABN AMRO Funds.....	-	-	639.000.000	0,74	639.000.000	0,43
The Bank of New York -						
ADR Department.....	36.999.000	0,06	85.153.200	0,10	122.152.200	0,08
Diretores.....	-	-	212.710	-	212.710	-
Conselho de Administração.....	30	-	23.806	-	23.836	-
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-
Outros (a).....	5.557.925.194	8,88	17.896.882.332	20,63	23.454.807.526	15,71
	22.299.774.841	35,65	72.565.179.649	83,67	94.864.954.490	63,55
	62.558.662.803	100,00	86.726.372.193	100,00	149.285.034.996	100,00

- (a) Inclui acionistas que, individualmente, são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.
- (b) Conforme “Comunicado ao Mercado” de 14 de junho de 2005, a Companhia informou que o Banco Nossa Caixa S.A. transferiu a totalidade das ações de sua propriedade à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

21.3. Composição Acionária dos Detentores de mais de 5% do Capital Votante

2005						
Quantidades de Ações - Em Unidades						
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS						
União Federal.....	264.328.120.835	58,41	17.595.501.100	15,68	281.923.621.935	49,92
BNDESPAR.....	66.878.975.753	14,78	-	-	66.878.975.753	11,84
FND.....	22.810.794.898	5,04	-	-	22.810.794.898	4,04
Outros.....	98.493.872.064	21,77	94.641.986.275	84,32	193.135.858.339	34,20
	<u>452.511.763.550</u>	<u>100,00</u>	<u>112.237.487.375</u>	<u>100,00</u>	<u>564.749.250.925</u>	<u>100,00</u>
BNDESPAR						
BNDES.....	<u>1</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>100,00</u>
BNDES						
União Federal.....	<u>6.273.711.452</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.273.711.452</u>	<u>100,00</u>

2004						
Quantidades de Ações - Em Unidades						
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco Nossa Caixa S.A						
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.....	35.678.562	99,99	-	-	35.678.562	99,99
Outros.....	17	0,01	-	-	17	0,01
	<u>35.678.579</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35.678.579</u>	<u>100,00</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS						
União Federal.....	264.328.120.835	58,41	17.595.501.100	20,70	281.923.621.935	52,45
BNDESPAR.....	67.516.953.798	14,92	346.083.390	0,41	67.863.037.188	12,63
FND.....	22.810.794.898	5,04	-	-	22.810.794.898	4,24
Outros.....	97.855.894.019	21,63	67.049.172.840	78,89	164.905.066.859	30,68
	<u>452.511.763.550</u>	<u>100,00</u>	<u>84.990.757.330</u>	<u>100,00</u>	<u>537.502.520.880</u>	<u>100,00</u>
BNDESPAR						
BNDES.....	<u>1</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>100,00</u>
BNDES						
União Federal.....	<u>6.273.711.452</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.273.711.452</u>	<u>100,00</u>

21.4. Reserva de Capital

O saldo desta rubrica, em 31 de dezembro de 2005, permaneceu inalterado, em relação ao exercício anterior.

	<u>2005 / 2004</u>
Subvenções para Investimentos - CRC.....	1.802.084
Remuneração das Imobilizações em Curso (a).....	633.053
Doações e Subvenções para Investimentos.....	150.489
Incentivos Fiscais - FINAM.....	6.743
	<u>2.592.369</u>

(a) Trata-se de créditos resultantes da capitalização da remuneração calculada sobre os recursos de capital próprio utilizados durante a construção de ativos imobilizados, aplicada às obras em andamento e que somente pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de 1999, a Companhia abandonou essa prática, conforme facultado pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

21.5. Reserva de Lucro

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Reserva Legal.....	86.894	63.480
Reserva Estatutária.....	46.200	46.200
Reserva de Lucros a Realizar.....	46.800	48.249
	<u>179.894</u>	<u>157.929</u>

a. Reserva Legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

b. Reserva Estatutária

O Estatuto Social da Companhia prevê a constituição dessa reserva à taxa de 20% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, até o limite de 10% do capital social. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2002, com a apropriação de parte do lucro daquele exercício, essa reserva atingiu o seu limite, não comportando novas apropriações nos exercícios subseqüentes.

c. Reserva de Lucros a Realizar

Os lucros não realizados resultam de saldo credor de correção monetária líquida de balanço até 1995. Essa reserva é realizada na proporção da depreciação do ativo imobilizado. Os montantes realizados são transferidos para a conta "Lucros acumulados", mensalmente.

21.6. Distribuição de Resultados aos Acionistas

De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 32, do Estatuto Social da Companhia (com a redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária de 02 de fevereiro de 2006), a distribuição de dividendos será efetuada semestralmente. Adicionalmente, estabelece o artigo 33 do Estatuto Social que os dividendos obrigatórios, calculados sobre o capital social integralizado de cada espécie de ações, serão:

- de 10% ao ano às ações preferenciais; e
- observada a suficiência de saldo, de 10% ao ano às ações ordinárias.

a. Juros Remuneratórios sobre o Capital Próprio

De acordo com a Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real podem pagar juros remuneratórios sobre o capital próprio aos seus acionistas, condicionado à existência de lucros auferidos antes da dedução dos juros remuneratórios ou sobre o montante dos lucros acumulados e reservas de lucros, limitados, em ambas situações, a 50% do valor das respectivas contas, possibilitando a dedutibilidade para efeitos fiscais dos juros pagos ou creditados aos acionistas.

Nesse contexto, durante o exercício de 2005, o Conselho de Administração deliberou sobre a destinação, a título de remuneração aos acionistas, de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 239.354 mil.

Deliberação		Pagamento
Data	Valor	Data
13/06/05	54.354	01/12/05
12/09/05	95.000	07/10/05
19/12/05	90.000	13/01/06
	<u>239.354</u>	

Os juros remuneratórios assim creditados ou pagos poderão, nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei 9.249/95, ser imputados ao valor dos dividendos de que trata o artigo 202 da Lei 6.404/76 e o parágrafo 3º do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia.

b. Destinação do Resultado do Exercício

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Lucro Líquido do Exercício.....	468.277	348.778
Constituição da Reserva Legal - 5%.....	(23.414)	(17.439)
Realização da Reserva de Lucros a Realizar - Correção Monetária Complementar - Lei 8.200/91.....	1.449	1.530
Base de Cálculo para Destinação.....	446.312	332.869
Juros Remuneratórios sobre o Capital Próprio.....	(239.354)	(75.000)
Saldo à Disposição da AGO.....	<u>206.958</u>	<u>257.869</u>
Destinação Proposta		
Dividendos Complementares.....	97.300	-
Lucro Retido.....	<u>109.658</u>	<u>257.869</u>
	<u>206.958</u>	<u>257.869</u>
Distribuição do Exercício		
Juros Remuneratórios sobre o Capital Próprio.....	239.354	75.000
Dividendos Complementares.....	<u>97.300</u>	<u>-</u>
	<u>336.654</u>	<u>75.000</u>
Dividendos Obrigatórios.....	<u>46.200</u>	<u>46.200</u>

Do lucro líquido do exercício, após constituição e realização de reservas, apura-se o lucro a distribuir de R\$ 446.312 mil que, deduzido dos juros remuneratórios sobre o capital próprio de R\$ 239.354 mil, apresenta um saldo de R\$ 206.958 mil.

Desse saldo, a Administração propõe a destinação de R\$ 97.300 mil como dividendos complementares que, cumulativamente aos juros imputados na forma de dividendos, totalizam R\$ 336.654 mil, equivalente a 71,89% do lucro líquido do exercício, correspondente a R\$ 2,26 por lote de mil ações (preferenciais e ordinárias).

c. Justificativa da Destinação do Resultado do Exercício

A revisão do orçamento empresarial para 2006, aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2006, prevê investimentos de R\$ 687.100 mil, considerando as expansões objeto de autorizações emitidas pela ANEEL e os demais investimentos estimados pela Companhia para a manutenção e melhoria dos ativos existentes. Considerando, neste contexto, a totalidade de fontes e aplicações estimadas para o exercício de 2006, chega-se ao orçamento de capital para o exercício de 2006 na forma da tabela abaixo.

Orçamento de Capital para 2006 – Fluxo de Caixa (*)

Fontes

Receita Operacional Líquida.....	1.221.500
Receitas Financeiras e Amortizações.....	115.500
Outras Receitas.....	17.000
	<u>1.354.000</u>

Aplicações

Despesas Operacionais.....	(590.400)
Despesas Financeiras.....	(14.700)
Juros sobre o Capital Próprio.....	(117.200)
Despesas Tributárias.....	(105.900)
Adiantamentos Judiciais.....	(111.770)
Amortizações.....	(16.200)
	<u>(956.170)</u>

Investimentos

Reforços e Ampliações.....	(607.800)
Melhorias e Manutenção.....	(79.300)
	<u>(687.100)</u>
	<u>(1.643.270)</u>

Subtotal Geração de Caixa do Exercício..... (289.270)

Dividendos Complementares de 2005..... (97.300)

Geração de Caixa do Exercício..... (386.570)

(*) Não auditado

O orçamento de capital acima apresentado considera a situação societária da Companhia vigente em 13 de março de 2006, ou seja, a sua condição de empresa controlada pelo Governo do Estado de São Paulo. Essa condição, pelas regras financeiras impostas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, impõe atualmente à Companhia restrições de acesso a certos tipos de financiamentos bancários, notadamente os financiamentos oferecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, cujos custos são compatíveis com o retorno esperado dos projetos de transmissão de energia elétrica. De outra parte, o referido orçamento considera também as incertezas do processo de revisão tarifária periódica da Companhia na presente condição de controle societário (Nota Explicativa 22.2), bem como eventuais necessidades de recursos para fazer face a obrigações decorrentes de decisões judiciais referentes à Lei 4.819/58 (Nota Explicativa 32.2).

A proposta de orçamento de capital, portanto, prevê destinação de dividendos complementares de R\$ 97.300 mil referentes ao exercício de 2005, para pagamento em 2006. Nesse contexto, a geração negativa de caixa da Companhia em 2006 seria viabilizada mediante utilização parcial das reservas de caixa existentes em 31 de dezembro de 2005, no montante de R\$ 684.917 mil, que observadas as estimativas indicadas, deverá se situar em R\$ 298.347 mil ao final de 2006, nível considerado adequado às incertezas próprias do negócio da Companhia e aos seus requisitos operacionais.

A Administração, considerando a proposta de orçamento de capital, e ao amparo do artigo 196, da Lei 6.404/76 e Instrução 59/86 da CVM, propõe à Assembléia Geral Ordinária - AGO a retenção do saldo remanescente de lucro, no montante de R\$ 109.658 mil, na conta de lucros acumulados.

É importante destacar que, se de um lado, o atual controlador trabalha com a intenção de alienar as suas ações de controle na CTEEP (Nota Explicativa 32.1), de outro lado, a atual Administração deve, no momento, considerar a atual situação de controle da Companhia para fins orçamentários e operacionais, atuando com a devida prudência no que se refere às atuais restrições de financiamento impostas às empresas estatais em geral. A eventual mudança de controle societário da Companhia, com a sua privatização, poderá determinar uma redefinição das suas questões orçamentárias, podendo implicar a análise quanto à eventual destinação dos lucros acumulados.

22. REVISÃO PERIÓDICA DA RECEITA ANUAL PERMITIDA – RAP

Em conformidade com o Contrato de Concessão 59, assinado em 20 de junho de 2001 com a União, por intermédio da ANEEL, a cada quatro anos, após a data de assinatura desse contrato, a ANEEL procederá à revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP de transmissão de energia elétrica referente às instalações de projetos autorizados que entraram em operação comercial após 31 de dezembro de 1999, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária, conforme regulamentação específica a ser expedida pela ANEEL.

Provisoriamente a ANEEL autorizou por intermédio da Resolução Homologatória 149, de 30 de junho de 2005, o aumento da RAP com base na variação do IGP-M, para o período de 01 de julho de 2005 a 30 de junho de 2006, até que execute e conclua sobre os efeitos da revisão periódica. Os efeitos dessa revisão deverão ser aplicados retroativamente a 01 de julho de 2005.

A receita de uso da rede elétrica da Companhia, acumulada até dezembro de 2005, alcançou R\$ 1.276.361 mil, incluindo R\$ 144.324 mil, referentes a novos projetos que entraram em operação comercial após 31 de dezembro de 1999.

22.1. RAP da Subestação Miguel Reale

Em dezembro de 2002, a ANEEL autorizou à CTEEP, a implementar o projeto “Ampliação da Subestação Miguel Reale”, cujo valor de investimento utilizado para o cálculo das parcelas de RAP foi de R\$ 323.236 mil.

Em setembro de 2004, a ANEEL executou fiscalização com a finalidade de validar os valores dos investimentos realizados na mencionada obra, concluindo que os valores desses investimentos deveriam ser reduzidos, para fins de fixação de nova parcela de RAP, retroativamente a julho de 2004, no montante de R\$ 232.164 mil.

Em decorrência da redução dos investimentos do mencionado projeto, a correspondente parcela anual da RAP de julho de 2005, foi então reduzida em R\$ 32.251 mil. A Companhia considera improcedente essa redução e pleiteia junto à ANEEL, através do Ofício OF/F/2828, de 08 de julho de 2005, sua reposição.

22.2. Evento Subseqüente – Audiência Pública para a Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL aprovou, em 16 de fevereiro de 2006, a abertura de Audiência Pública, na modalidade de intercâmbio de documentos, visando obter subsídios para o aprimoramento de ato regulamentar a ser expedido pela ANEEL que estabelece a metodologia a ser aplicada para a revisão tarifária periódica da CTEEP, conforme Fato Relevante da Companhia de 17 de fevereiro de 2006. O período para a ANEEL receber contribuições, nesse contexto, iniciou-se em 17 de fevereiro de 2006 e encerrou-se em 03 de março de 2006. Em decorrência, a ANEEL tornou pública, em 15 de março de 2006, a Resolução Homologatória 297 referente à revisão periódica da receita da CTEEP.

23. RECEITA DE USO DA REDE ELÉTRICA

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Rede Básica		
Ativos Existentes.....	889.210	658.756
Novos Investimentos.....	135.422	82.554
Superávit/Déficit.....	(2.932)	26.223
	<u>1.021.700</u>	<u>767.533</u>
Demais Instalações de Transmissão - DIT		
Ativos Existentes.....	204.045	374.618
Novos Investimentos.....	8.902	7.391
	<u>212.947</u>	<u>382.009</u>
Encargos		
Conta de Consumo de Combustível - CCC.....	28.430	11.450
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.....	16.247	5.896
PROINFA.....	610	-
	<u>45.287</u>	<u>17.346</u>
Parcela de Ajuste.....	<u>(3.573)</u>	<u>(11.024)</u>
	<u>1.276.361</u>	<u>1.155.864</u>

24. OUTRAS RECEITAS

As outras receitas operacionais que totalizaram R\$ 44.303 mil (R\$ 5.645 mil, em 2004) referem-se principalmente a aluguéis da rede para empresa de telefonia fixa e prestações de serviços relacionados a manutenção e análises técnicas contratadas por terceiros.

Em novembro de 2005, a Companhia recebeu R\$ 35.519 mil decorrentes de acordo com a Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP, relacionado à utilização por esta da rede de transmissão da CTEEP, no período de julho de 2002 a dezembro de 2005. Paralelamente, foi assinado contrato de mesmo objeto com 36 parcelas mensais de R\$ 743 mil, tendo início em 01 de dezembro de 2005 e término em 30 de novembro de 2008, com atualização de acordo com a variação anual do IGP-M.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Receitas		
Rendimento de Aplicações Financeiras.....	120.124	66.386
Juros sobre Valores a Receber - Secretaria da Fazenda.....	7.587	18.397
Deduções à Receita - COFINS.....	-	(4.404)
Deduções à Receita - PIS.....	-	(1.036)
Outras.....	4.823	1.192
	<u>132.534</u>	<u>80.535</u>
Despesas		
Encargos de Dívidas.....	(10.510)	(14.030)
CPMF.....	(6.652)	(5.460)
Encargos sobre RGR.....	(1.116)	(1.116)
Encargos sobre Tributos - CETEMEQ.....	(922)	(717)
Outras.....	(566)	(776)
	<u>(19.766)</u>	<u>(22.099)</u>
Variações Monetárias		
Ativas.....	19.162	23.351
Passivas.....	(8.766)	(19.572)
	<u>10.396</u>	<u>3.779</u>

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, obedecendo ao regime de competência, apurados com base nos balanços mensais (suspensão e redução).

26.1. Conciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro

As despesas tributárias são apuradas com base nas alíquotas vigentes, no montante de 34%, sendo 25% ao imposto de renda e 9% à contribuição social sobre o lucro.

	<u>2005</u>		<u>2004</u>	
	<u>I. Renda</u>	<u>C. Social</u>	<u>I. Renda</u>	<u>C. Social</u>
Resultado antes da Tributação.....	358.359	358.359	425.546	425.546
Despesa de Impostos Esperada.....	<u>(89.590)</u>	<u>(32.252)</u>	<u>(106.387)</u>	<u>(38.299)</u>
Efeitos Fiscais sobre:				
Amortização do Deságio.....	7.602	1.860	7.602	1.860
COFINS - Questionamento Judicial.....	-	-	1.107	-
Outras.....	(13.545)	(3.511)	(14.328)	(3.323)
	<u>(5.943)</u>	<u>(1.651)</u>	<u>(5.619)</u>	<u>(1.463)</u>
Despesa de Impostos Efetiva.....	<u>(95.533)</u>	<u>(33.903)</u>	<u>(112.006)</u>	<u>(39.762)</u>

26.2. Demonstrativo Analítico dos Tributos

	2005		2004	
	I. Renda	C. Social	I. Renda	C. Social
Resultado antes da Tributação.....	358.359	358.359	425.546	425.546
Tributo com Liminar - COFINS.....	-	-	1.107	-
Provisão para Contingências Trabalhistas.....	21.493	21.493	27.277	27.277
Provisão para Contingência Fiscal - IPTU.....	16.009	16.009	14.183	14.183
Provisão para Programa de Demissão Voluntária.....	-	-	7.202	7.202
Provisão de Participação nos Lucros e Resultados.....	16.448	16.448	13.448	13.448
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	-	-	3.297	3.297
Provisão para Perdas - FINAM.....	851	851	2.905	2.905
Deságio na Aquisição de Investimento.....	30.407	20.670	30.407	20.670
Reversão de Provisões.....	(20.645)	(20.645)	(28.951)	(28.951)
Ativo Regulatório - Constituição.....	(73.797)	(73.797)	(62.602)	(62.602)
Ativo Regulatório - Realização.....	35.359	35.359	-	-
Incentivo Fiscal - Lei Rouanet.....	650	650	900	900
Outros.....	504	365	215	82
Lucro - Base de Cálculo.....	385.638	375.762	434.934	423.957
Alíquota de 15%.....	(57.846)		(65.240)	
Alíquota de 10%.....	(38.539)		(43.469)	
Alíquota de 9%.....		(33.819)		(38.156)
Incentivos Fiscais.....	1.086		1.141	
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(95.299)	(33.819)	(107.568)	(38.156)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Constituição para Provisão - Trabalhistas.....	5.373	1.934	6.819	2.455
Constituição para Provisão - IPTU.....	4.002	1.441	3.546	1.276
Ativo Regulatório - Constituição.....	(18.449)	(6.641)	(15.627)	(5.634)
Ativo Regulatório - Realização.....	8.840	3.182	-	-
Constituição para Provisão - Outras.....	-	-	824	297
	(234)	(84)	(4.438)	(1.606)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(95.533)	(33.903)	(112.006)	(39.762)

27. PLANOS DE APOSENTADORIAS E PENSÃO AOS EMPREGADOS

Através da Fundação CESP, são mantidos planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão aos empregados da Companhia.

27.1. Plano "A" - Complementação de Aposentadorias

Regido pela Lei Estadual 4.819/58, que se aplica aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, prevê benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de total responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo.

27.2. Plano "B" e "B1" - Suplementação de Aposentadorias

Os Planos "B" e "B1", regidos pela Lei 6.435/77 e administrados pela Fundação CESP, têm por entidade patrocinadora a própria Companhia, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O chamado Plano “B” refere-se a Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época. O resultado técnico atuarial anual desse plano (déficit ou superávit) é de responsabilidade da Companhia.

Em 01 de janeiro de 1998 (CTEEP) e em 01 de abril de 1998 (EPTE), a Companhia implantou o Plano “B1”, que define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Companhia e os participantes, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro atuarial do plano. Esse plano proporciona benefícios de aposentadorias e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido - BD e 30% como Contribuição Definida - CD.

27.3. Plano PSAP - Transmissão Paulista

Em 01 de janeiro de 2004, os planos patrocinados pela Companhia, bem como os da extinta EPTE, foram fusionados financeiramente, sendo mantidas as características individuais dos respectivos planos, constituindo-se, assim, o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

27.4. Demonstrativo - Deliberação CVM 371/00

As principais informações econômico-financeiras do plano PSAP-Transmissão Paulista-BD (CTEEP/EPTE), em conformidade com a Deliberação CVM 371/00 e com base nos pareceres atuariais são as seguintes:

a. Conciliação dos Ativos e Passivos

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Valor Justo do Ativo.....	1.309.879	1.144.089
Total do Passivo Atuarial.....	(1.344.498)	(1.182.715)
Ganhos a Serem Reconhecidos em Exercícios Futuros.....	(149.664)	(169.409)
Passivo Líquido.....	<u>(184.283)</u>	<u>(208.035)</u>

Com base, portanto, na avaliação elaborada por atuários independentes para apuração da obrigação atuarial, não existem passivos adicionais a serem reconhecidos na data do balanço patrimonial da Companhia, tendo em vista os compromissos já reconhecidos na forma de confissão de dívida, que totalizam R\$ 233.910 mil (R\$ 234.595 mil, em 2004), (Nota Explicativa 17) e que, portanto, superam o passivo líquido apurado nos estudos atuariais, conforme demonstrado acima.

b. Movimentação do Ativo do Plano

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Valor Justo do Ativo no Início do Exercício.....	1.144.089	866.411
Contribuições do Empregador.....	29.376	42.260
Contribuições do Empregado.....	5.199	5.342
Retorno dos Investimentos.....	168.042	263.443
Benefícios Pagos.....	(37.138)	(33.897)
Transferência de Contribuição Definida para Benefício Definido.....	311	530
Valor Justo do Ativo no Final do Exercício.....	<u>1.309.879</u>	<u>1.144.089</u>

c. Movimentação do Passivo Atuarial

	2005	2004
Valor Presente da Obrigação Atuarial Líquida no Início do Exercício.....	1.182.715	1.036.488
Custos dos Serviços Correntes.....	10.105	9.090
Custos dos Juros.....	152.452	161.070
Perda Atuarial.....	36.053	9.434
Benefícios Pagos.....	(37.138)	(33.897)
Transferência de Contribuição Definida para Benefício Definido.....	311	530
Valor Presente da Obrigação Atuarial Líquida no Final do Exercício.....	<u>1.344.498</u>	<u>1.182.715</u>

d. Participantes dos Planos

	2005	2004
Ativos	<u>2.862</u>	<u>2.910</u>
Inativos		
Aposentados	680	654
Aposentados por Invalidez.....	34	24
Pensionistas.....	55	47
	<u>769</u>	<u>725</u>
	<u>3.631</u>	<u>3.635</u>

e. Premissas Atuariais

	2005	2004
Taxa Utilizada para o Desconto do Valor Presente do Passivo Atuarial.....	10,24%	12,89%
Taxa de Retorno Esperada sobre os Ativos do Plano.....	10,24%	12,89%
Taxa de Crescimento Salarial Futuro.....	7,12%	9,18%
Índice de Reajuste de Benefícios Concedidos de Prestação Continuada.....	4,00%	6,00%
Fator de Capacidade Benefício/Salário Preservar seu Poder Aquisitivo	97,84%	97,75%
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula
Tábua Geral de Mortalidade.....	GAM-83	GAM-83
Tábua de Entrada em Invalidez.....	Light-Média	Light-Média
Tábua de Mortalidade de Inválidos.....	IAPB-55	IAPB-55
Tábua de Mortalidade de Ativos.....	Método de Hamza	Método de Hamza

27.5. Outros Benefícios

Adicionalmente aos benefícios do plano, a Companhia oferece a seus empregados outros benefícios, como assistência médica, hospitalar e odontológica, os quais também são administrados pela Fundação CESP.

28. CONCESSÕES

Por meio da Portaria 185, de 06 de junho de 2001, do Ministério de Minas e Energia - MME, foi prorrogado por 20 anos, a partir de 08 de julho de 1995, o prazo da concessão da Companhia para exploração de serviço público de transmissão de energia elétrica, incluindo rede básica e demais instalações de transmissão – DIT.

Em decorrência, em 20 de junho de 2001, foi celebrado o Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, entre a Companhia e o Poder Concedente, através da ANEEL.

O referido contrato de concessão foi aditado em 14 de dezembro de 2001, tendo em vista a incorporação da EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A., pela Companhia. Foram mantidas as condições pactuadas inicialmente, exceção feita à manutenção do nível da Receita Anual Permitida - RAP, que sofreu reduções da ordem de 0,58%, em julho de 2002, e de 3,56%, em julho de 2003, equivalentes a 50% dos ganhos de eficiência esperados com a incorporação.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A principal fonte de receitas da Companhia é proveniente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Sua receita anual vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

29.1. Risco de Crédito

A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 135 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão – DIT com 22 concessionárias e outros agentes, com cláusula de garantia bancária (Nota Explicativa 6).

29.2. Risco de Preço

As receitas da Companhia são, nos termos do Contrato de Concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão periódica, a cada quatro anos (Nota Explicativa 22).

29.3. Risco de Liquidez

Em decorrência de disciplina estabelecida por Decreto Estadual, a Companhia centraliza as suas aplicações financeiras no Banco Nossa Caixa S.A. (Nota Explicativa 5).

29.4. Risco Cambial

A Companhia apresenta apenas um contrato de financiamento em moeda estrangeira, com término previsto para maio de 2006, que totaliza Euros 3.699 mil, na data das demonstrações contábeis. Dado o valor em risco, não há instrumento de “hedge” vinculado ao referido financiamento (Nota Explicativa 14).

29.5. Risco de Taxas de Juros

Os contratos de dívida com a Fundação CESP implicam juros segundo a variação do IGP-DI acrescida de 6% ao ano, ou da TR acrescida de 8% ao ano (Nota Explicativa 17).

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

30. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância Segurada		Prêmio	
		US\$ Mil	R\$ Mil	US\$ Mil	R\$ Mil
Patrimonial.....	02/11/05 a 02/11/06	-	2.205.906	-	5.308
Aeronáuticos					
Responsabilidade Civil/Casco.....	02/11/05 a 02/11/06	35.411	-	48	-
RETA.....	02/11/05 a 02/11/06	-	198	-	2
Responsabilidade Civil Geral.....	17/10/05 a 17/10/06	-	10.000	-	258
Transportes Nacionais.....	01/10/05 a 01/10/06	-	230.000	-	41
Acidentes Pessoais Coletivo.....	01/05/05 a 01/05/06	-	112.759	-	10
		<u>35.411</u>	<u>2.558.863</u>	<u>48</u>	<u>5.619</u>

30.1. Patrimonial

Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações.

30.2. Aeronáutico

Cobertura obrigatória de Responsabilidade do Explorador ou Transportador Aéreo - RETA, casco e de responsabilidade civil (LUC) para a aeronave da Companhia.

30.3. Responsabilidade Civil Geral

Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

30.4. Transportes Nacionais

Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.

30.5. Acidentes Pessoais Coletivos

Cobertura contra acidentes pessoais a executivos, estagiários e aprendizes.

31. AÇÃO DE COBRANÇA DA ELETROBRÁS CONTRA A ELETROPULO E EPTE

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - "Eletropaulo"), referente a saldo de certo contrato de financiamento. A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e efetuou os pagamentos depositando-os judicialmente pelos valores que considerava como efetivamente devidos. Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRÁS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo. Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$ 4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRÁS referente ao saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a essa dívida.

Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria responsável por dívida certa e conhecida, no exato valor corrigido disponível no citado depósito judicial constituído em 1988, e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente à diferença entre o valor total demandado judicialmente pela ELETROBRÁS e o valor corrigido do citado depósito judicial. Em outubro de 2001, a ELETROBRÁS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$ 429 milhões da Eletropaulo e R\$ 49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento da sua parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRÁS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRÁS foram interpostos pela CTEEP, sendo que o Recurso Especial da Companhia já se encontra cadastrado no Superior Tribunal de Justiça sob o nº 809.672.

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a CTEEP, segundo o entendimento da sua Administração e de seus assessores legais, é responsável apenas pelo pagamento equivalente ao valor atualizado do depósito judicial constituído em 1988 para essa finalidade e integrante atualmente do seu ativo, devendo prosseguir na defesa desse direito, por meio das citadas interposições de Recurso Especial para apreciação do Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário para apreciação do Superior Tribunal Federal. De outra parte, a Companhia não constituiu provisão para a contingência remanescente, estimada atualmente em R\$ 782.967 mil, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRÁS.

32. FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQÜENTES

32.1. Processo de Privatização

a. Inclusão da Companhia no PED

Em 21 de maio de 2005, o Diário Oficial do Estado publicou a Lei 11.930, de 20 de maio de 2005, que, alterando a Lei 9.361/96, incluiu a CTEEP no Programa Estadual de Desestatização – PED.

b. Fatos Relevantes

• 12 de julho de 2005

“A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/02, vem a público comunicar, em prosseguimento às informações anteriormente divulgadas ao mercado referentes ao seu processo de privatização, que o Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - PED, incumbiu a CESP - Companhia Energética de São Paulo de atividades preparatórias à privatização da CTEEP. Nesse sentido, a CESP deve publicar no Diário Oficial do Estado de São Paulo e outros jornais de grande circulação nacional, em 13 de julho de 2005, anúncio referente a Edital de Licitação visando à contratação de serviços voltados à avaliação econômico-financeira, modelagem e execução da venda de ações de emissão da CTEEP de propriedade do controlador”.

• 14 de outubro de 2005

“A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/02, vem a público comunicar, em prosseguimento à informação contida no Fato Relevante de 12 de julho de 2005, que a CESP - Companhia Energética de São Paulo informou ter concluído os procedimentos para a contratação de consultores voltados à realização de serviços de avaliação econômico-financeira, modelagem de venda e venda das ações representativas do controle da CTEEP, na forma recomendada pelo Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - PED em 9 de junho de 2005 e acolhida pelo Senhor Governador. Em decorrência, foram iniciados os citados serviços contratados pela CESP”.

• 14 de fevereiro de 2006

“A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/02, vem a público comunicar o que segue.

- 1 – O processo de desestatização da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, como divulgado por esta Companhia ao mercado desde o início desse processo, é coordenado pelo Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização – PED, do Governo do Estado de São Paulo.*
- 2 – Informações oficiais sobre o referido processo de desestatização, incluindo lote de ações a ser alienado, foram divulgadas em Audiência Pública realizada na BOVESPA, em 21/12/2005, conforme Comunicado ao Mercado da CTEEP, naquela data.*

- 3 – O Governo do Estado de São Paulo, por meio do PED, tornou público em 10/02/2006, encontram à disposição dos interessados, no site da CESP – Companhia Energética de São Paulo (www.cesp.com.br), as diretrizes básicas do referido Edital de alienação do controle da CTEEP. Não se trata, no momento, de divulgação do Edital, que deverá ainda ser aprovado pelo PED, contendo definições de preço mínimo, entre outras. O próprio comunicado esclarece, que as condições da desestatização da CTEEP serão divulgadas por meio do Edital, ainda não aprovado pelo PED.
- 4 – O PED ainda não aprovou preço mínimo, data definitiva do leilão de desestatização e outras condições da pretendida alienação, que deverão estar contidas no respectivo Edital a ser ainda aprovado e divulgado ao mercado. As etapas do processo mencionadas nas citadas diretrizes básicas se referem apenas a cronograma tentativo.
- 5 – Notícias veiculadas pela imprensa referentes a possível preço mínimo das ações a serem alienadas, data definitiva do leilão, aspectos relativos ao novo contrato de concessão e eventual impacto de revisão tarifária não são confirmadas pela CTEEP, dado que dependem ainda de definições a serem estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e, finalmente, pelo próprio PED. Analogamente, a CTEEP não pode confirmar notícias sobre a destinação dos recursos provenientes da sua desestatização, dado que esse assunto não é de competência da Companhia”.

32.2. Plano de Complementação de Aposentadoria Regido pela Lei 4.819/58

a. Fato Relevante

• 19 de julho de 2005

“A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/02, vem a público esclarecer aspectos relativos ao plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58. Esse plano aplica-se aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, referido na Nota Explicativa 22.1. às demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2004. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Fazenda do Estado de São Paulo e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003. Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da Secretaria da Fazenda do Estado, repassados por meio da CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a Secretaria da Fazenda passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a intervenção da CTEEP e da Fundação CESP.

Decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo foi comunicada à CTEEP, em 11 de julho de 2005 (processo 1.339/2005-1), deferindo a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP volte a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela CTEEP. A 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, em 13 de julho de 2005, concedeu o prazo de 60 dias para cumprimento da citada decisão. Consta também no site do Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, resumo sobre decisão semelhante (processo SDC - 20058200400002000) de 30 de junho de 2005, determinando que a Fundação CESP, mediante recursos repassados pela CTEEP, volte a processar o pagamento de aposentadorias e pensões de beneficiários amparados pela Lei Estadual 4.819/58; tal decisão não foi ainda publicada e tampouco foi a Companhia intimada a esse respeito.

Para o cumprimento das citadas decisões judiciais, a CTEEP deverá requerer mensalmente os recursos necessários à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários. As citadas decisões alcançam cerca de 6.500 beneficiários, com despesa mensal da ordem de R\$ 23 milhões que, segundo o entendimento da CTEEP, é de responsabilidade do Estado de São Paulo, que assim procedeu até dezembro de 2003. Conseqüentemente, a CTEEP deve recorrer das citadas decisões judiciais por entender que a responsabilidade pelo pagamento dos mencionados benefícios é, nos termos da legislação aplicável, do Estado de São Paulo”.

b. Situação Vigente até 31 de Dezembro de 2005

Em decorrência dos fatos tratados e por força da citada decisão judicial da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, a CTEEP repassou à Fundação CESP, de 14 de setembro a 31 de dezembro de 2005, o valor de R\$ 87.710 mil para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da Secretaria da Fazenda do Estado o valor de R\$ 85.950 mil para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela Secretaria da Fazenda está sendo requerida administrativamente pela Companhia. A referida decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo alcança atualmente 5.461 beneficiários da Lei Estadual 4.819/58.

A citada decisão judicial do Tribunal Regional do Trabalho não produziu ainda efeitos, dado que Reclamação Correicional acerca da referida decisão obteve liminar que suspendeu seus efeitos.

A CTEEP recebeu da Procuradoria Geral do Estado - PGE, em 20 de outubro de 2005, cópia de manifestação daquele órgão, de 06 de outubro de 2005, acerca de consulta da Secretaria da Fazenda sobre o alcance das referidas decisões judiciais. Nessa manifestação, a PGE conclui que a decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo atinge subjetivamente a Fazenda do Estado, que integra o pólo passivo da demanda na condição de ré. Assim sendo, conclui a PGE que, “no atual cenário, cabe à Secretaria da Fazenda o ressarcimento integral dos valores despendidos pela CTEEP para o cumprimento da decisão judicial proferida na reclamação trabalhista nº 1145/2005-6, em curso na 49ª Vara do Trabalho da Capital”. De outro lado, a mesma manifestação da PGE conclui que a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho, cujos efeitos estão suspensos pela liminar obtida em decorrência de Reclamação Correicional, não alcança integralmente a Fazenda do Estado, que foi excluída da lide a pedido do Sindicato suscitante; nesse caso, a Fazenda do Estado deveria, segundo a PGE, ressarcir a CTEEP observados os estritos limites da Lei Estadual 4.819/58, excluindo eventuais benefícios, instituídos pelo respectivo regulamento, que extrapolem ou se mostrem conflitantes com a legislação específica.

c. Eventos Subseqüentes – Fatos Relevantes

• 27 de janeiro de 2006

“A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/02, vem a público comunicar mudança de procedimento da Secretaria da Fazenda do Estado, em decorrência de recente entendimento da Procuradoria Geral do Estado – PGE, quanto ao repasse de recursos à CTEEP para cumprimento da decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo que determinou o retorno do processamento da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 para a Fundação CESP, com recursos recebidos do Estado de São Paulo e repassados pela CTEEP. O assunto, anteriormente ao fato ora abordado, foi tratado na Nota Explicativa 21 das Informações Trimestrais – ITR da CTEEP de 30/09/2005.

A Secretaria da Fazenda do Estado repassou à CTEEP, em 27/01/2006, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho. O dispêndio efetivo da CTEEP neste mês para fins da citada decisão judicial foi de R\$ 19.725 mil, transferidos à Fundação CESP, tendo recebido R\$ 14.976 mil da Secretaria da Fazenda para essa finalidade. A Secretaria da Fazenda informou que glosou neste mês certas parcelas da despesa em decorrência de recente entendimento da PGE quanto aos limites da obrigação do Estado nesse assunto. A decisão da 49ª Vara do Trabalho alcança atualmente 5.528 beneficiários. Continuam a ser pagos diretamente pela Secretaria da Fazenda 794 benefícios da Lei Estadual 4.819/58.

A CTEEP continua empenhada em modificar a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A CTEEP reitera o entendimento da sua área jurídica de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e estuda as medidas cabíveis neste caso para resguardar os interesses da Companhia”.

• **24 de fevereiro de 2006**

“A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/2002, vem a público comunicar, em prosseguimento ao assunto tratado no Fato Relevante de 27/01/2006, que a Secretaria da Fazenda do Estado repassou à CTEEP no mês de fevereiro de 2006 o valor de R\$ 12.802 mil para cumprimento da decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo que determinou o retorno do processamento da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 para a Fundação CESP, com recursos recebidos do Estado de São Paulo e repassados pela CTEEP. Neste mês de fevereiro, o dispêndio total da CTEEP para fiel cumprimento da citada decisão judicial foi de R\$ 19.652 mil.

A CTEEP reitera que continua empenhada em modificar a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda, além da adoção de outras medidas para preservar os legítimos interesses da Companhia”.

d. Situação Atual

À vista do exposto nos Fatos Relevantes acima indicados, resta claro que o recente entendimento da Procuradoria Geral do Estado – PGE sobre o assunto, formalizado por meio do Ofício PGE/SF 01/2006, de 10/02/2006, e respectiva Nota Técnica PGE/SF 01/2006, altera o entendimento oferecido pela PGE anteriormente e que vigiu até dezembro de 2005 para fins de repasse de recursos à CTEEP para cumprimento da decisão da 49ª Vara do Trabalho. Segundo o atual entendimento da PGE, a Fazenda do Estado deve efetuar certas glosas nos repasses à CTEEP para fins de transferência à Fundação CESP, para cumprimento da referida decisão judicial. A citada Nota Técnica estima que essas glosas, iniciadas em janeiro de 2006, poderão totalizar R\$ 111.770 mil ao longo deste ano, considerando salários praticados em 2005 e o universo de 6.287 beneficiários.

Nos termos do informado nos Fatos Relevantes acima transcritos, a CTEEP reitera que continua empenhada em modificar a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A CTEEP reitera também o entendimento da sua área jurídica de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e prossegue na análise de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia. Em decorrência, a Companhia registra essas glosas como valores a receber da Fazenda do Estado.

**ANEXO I
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores em milhares de reais)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receita de uso da rede elétrica e serviço.....	1.320.664	1.161.509
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	(3.297)
Receitas não operacionais.....	4.446	13.055
	<u>1.325.110</u>	<u>1.171.267</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Serviços de terceiros.....	(89.434)	(82.721)
Materiais.....	(25.174)	(22.672)
Outros insumos operacionais.....	(45.508)	(42.218)
Despesas não operacionais.....	(5.623)	(7.042)
	<u>(165.739)</u>	<u>(154.653)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	<u>1.159.371</u>	<u>1.016.614</u>
RETENÇÕES		
Quotas de reintegrações.....	(169.403)	(164.569)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO.....	<u>989.968</u>	<u>852.045</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Amortização do deságio.....	16.985	16.985
Receitas financeiras.....	132.534	85.975
	<u>149.519</u>	<u>102.960</u>
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR.....	<u>1.139.487</u>	<u>955.005</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho.....	316.074	298.839
Impostos, taxas e contribuições.....	262.991	237.697
Juros e variações monetárias.....	9.370	18.320
Arrendamentos e aluguéis.....	4.475	4.122
Encargos regulamentares da concessão.....	78.300	47.249
Distribuição aos acionistas.....	336.654	75.000
Constituição/realização de reservas.....	21.965	15.909
Lucro retido.....	109.658	257.869
	<u>1.139.487</u>	<u>955.005</u>

ANEXO II

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores em milhares de reais)

	2005	2004
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de clientes.....	1.304.243	1.128.578
Recebimento outros.....	18.440	24.873
Pagamentos a fornecedores.....	(174.558)	(154.941)
Pagamentos a empregados.....	(343.454)	(341.707)
Impostos e contribuições e encargos regulamentares.....	(337.077)	(280.680)
	<u>467.594</u>	<u>376.123</u>
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Compra de ativo imobilizado.....	(209.414)	(162.729)
DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS		
Receitas de aplicações financeiras.....	98.863	53.049
Pagamento de passivo por empréstimos.....	(53.924)	(64.451)
Juros sobre o capital próprio/dividendos.....	(180.489)	(96.299)
Despesas bancárias - CPMF.....	(6.487)	(5.596)
Outros.....	(1.116)	(1.116)
	<u>(143.153)</u>	<u>(114.413)</u>
DAS ATIVIDADES NÃO OPERACIONAIS		
Contratos - Secretaria da Fazenda.....	50.664	143.184
Ressarcimentos - Lei 4.819/58.....	93.493	8.042
Outros ingressos.....	9.161	-
Adiantamentos - Lei 4.819/58.....	(121.254)	(13.898)
Outras saídas.....	(6.164)	(10.187)
	<u>25.900</u>	<u>127.141</u>
AUMENTO DO SALDO LÍQUIDO DE CAIXA	<u>140.927</u>	<u>226.122</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA		
No início do exercício.....	543.990	317.868
No fim do exercício.....	<u>684.917</u>	<u>543.990</u>
	<u>140.927</u>	<u>226.122</u>

JOSÉ SIDNEI COLOMBO MARTINI

Presidente

GERSON AMAURI FONTOURA DA SILVA KOZMA

Diretor Administrativo

CELSO SEBASTIÃO CERCHIARI

Diretor Técnico

CLÁUDIO CINTRÃO FORGHIERI

**Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores**

CLOVIS JOSÉ ROSSI

**Contador
CRC – 1SP 127796/O-5**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente :

MAURO GUILHERME JARDIM ARCE

Vice-Presidente :

RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA

Conselheiros :

ANTONIO CARLOS RIZEQUE MALUFE

CARLOS PEDRO JENS

FERNANDO CARVALHO BRAGA

FERNANDO JOSÉ TENÓRIO ACOSTA

FERNANDO MAIDA DALL'ACQUA

LUIZ DE FREITAS BUENO

LUIZ TACCA JÚNIOR

MÁRCIA YAJGUNOVITCH MAFRA

MIGUEL CARLOS FONTOURA DA SILVA KOZMA

NORBERTO DE FRANCO MEDEIROS

ROGÉRIO DA SILVA

SÍLVIO ALEIXO

VALTER CORREIA DA SILVA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, levantados em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme descrito na nota explicativa nº 32.2, de acordo com a decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, a partir de setembro de 2005, a Fundação CESP passou a processar a folha de pagamento de beneficiários do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei nº 4.819/58, mediante recursos repassados pela Companhia, da forma realizada até dezembro de 2003. Em janeiro de 2006, a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo passou a entender que a responsabilidade do Governo do Estado se restringe aos limites estaduais constitucionais determinados para pagamentos dos benefícios de aposentadoria. Desde então, o Governo do Estado passou a glosar parte dos recursos repassados à Companhia. A Administração da Companhia, amparada por seus assessores legais, entende que a responsabilidade pelos pagamentos dos benefícios relacionados a esse plano de complementação de aposentadoria é de inteira responsabilidade do Governo do Estado; como consequência, não registra nas demonstrações contábeis da Companhia nenhuma obrigação em relação a esse plano.
5. As informações suplementares contidas nos Anexos I e II, referentes, respectivamente, às demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações contábeis básicas. Essas informações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de março de 2006

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Maurício Pires de Andrade Resende
Contador
CRC nº 1 MG 049699/O – 2 “T” SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, dando cumprimento ao que dispõem os incisos I, II, III e VII do artigo 163 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2005, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrações dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos complementados por Notas Explicativas, Demonstrações do Valor Adicionado e dos Fluxos de Caixa, bem como o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício social. Analisou também, o Orçamento de Capital para o exercício social de 2006 para os fins previstos no artigo 196 da Lei 6.404/76.

Com fundamento no exame realizado e no Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião que, as Demonstrações Contábeis e as informações complementares, bem como o Orçamento de Capital, estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 16 de março de 2006

Ana Maria Linhares Richtman

Elisabeth Elias Böhm

Raimundo Francisco Alencar de Melo

Rômulo Rodrigues

Tomás Bruginski de Paula